



Coren^{BA}
Conselho Regional de Enfermagem da Bahia

RELATÓRIO

Gestão de Atividades 2023

DIRETORIA - TRIÊNIO

2024-2026

Davi Ionei Soares Apóstolo

Presidente

Júlio Cezar de Jesus Junior

Vice-Presidente

Lilian Maria Carneiro Ribeiro Silva

Primeira Secretária

Plínio de Oliveira Borges

Segundo Secretário

Emídia Oliveira

Primeira Tesoureira

Rosângela Santana Barbosa

Segunda Tesoureira

Júlio Cezar de Jesus Junior

Delegado Regional Efetivo

Davi Ionei Soares Apóstolo

Delegado Regional Suplente

PLENÁRIO 2024-2026

CONSELHEIROS(AS) EFETIVOS(AS)

Aline Conceição Bina Cruz

Coren-BA-214467-TE

Benedito Fernandes da Silva Filho

Coren-BA-109238-ENF

Carine Batista Leal de Almeida

Coren-BA-161293-ENF

Davi Ionei Soares Apóstolo

Coren-BA-196276-ENF

Edy Gomes dos Santos

Coren-BA-237322-ENF

Júlio Cezar de Jesus Junior

Coren-BA-234583-ENF

Lilian Maria Carneiro Ribeiro Silva

Coren-BA-147118-ENF

Plínio de Oliveira Borges

Coren-BA-370505-ENF

Rounivalda Silva do Amor Divino

Coren-BA-232103-ENF

Ana Cleia Cordeiro dos Anjos

Coren-BA-139692-TE

Anderson Sousa de Oliveira

Coren-BA-1192560-TE

Cinara Ramos da Silva Pitanga

Coren-BA-1016854-TE

Deyse Santana dos Santos

Coren-BA-1152661-TE

Emidia Oliveira

Coren-BA-231341-TE

Leandro Pereira dos Santos

Coren-BA-1271682-TE

Rosângela Santana Barbosa

Coren-BA-572673-AE

CONSELHEIROS(AS) SUPLENTE(S)

**Cristiani Patrícia Guimaraes
Stelitano de Oliveira**

Coren-BA-297970-ENF

Jeferson Silva Ribeiro

Coren-BA-447168-ENF

Joankley Costa do Patrocínio

Coren-BA-305282-ENF

Laís Theodoro dos Santos

Coren-BA-312856-ENF

Lilian Tereza Barata Lima

Coren-BA-429836-ENF

Liliana Prado Pereira

Coren-BA-74363-ENF

Lizandre Prado Pereira

Coren-BA-113308-ENF

**Regivânia do Carmo Batista
Couto**

Coren-BA-352777-ENF

Vanessa Seippel Cardim Lima

Coren-BA-304348-ENF

Victor Marques Moura

Coren-BA-401932-ENF

Admilson Nascimento Santana

Coren-BA-697022-TE

Cirlane Moraes de Jesus

Coren-BA-372662-TE

Denilza Mendonça Caetano

Coren-BA-506882-TE

Eliete da Silva Santos

Coren-BA-550480-TE

Fabiola Lima da Silva

Coren-BA-601449-TE

Jeane Conceição dos Santos

Coren-BA-1059649-TE

Marcos Vinicius Santana de Oliveira

Coren-BA-1115182-TE

CRÉDITOS

ELABORAÇÃO

Ana Paula Dias Santana

Assessora de Planejamento e Gestão

Rita de Cássia Neves de Sousa

Coodernadora de Planejamento e Orçamento

PROJETO

GRÁFICO/DIAGRAMAÇÃO

Luciano Vieira Andrade Junior

Estagiário do Núcleo de Comunicação

SUMÁRIO

1. Visão geral Organizacional e Ambiente Externo	05
1.1 O Coren-BA	05
1.2 Atuação	06
1.3 Estrutura Organizacional	07
1.4 Modelo de Negócios	09
1.5 Relacionamento com a sociedade	09
2. Riscos, Oportunidades e Perspectivas	11
2.1 Gestão de riscos e controles internos	11
3. Governança, Estratégia e Desempenho	15
3.1 Estrutura de Governança	15
3.2 Planejamento Estratégico 2022-2024	16
3.3 Alocação de Recursos	19
3.4 Resultados Finalísticos	21
3.5 Resultados da Governança Interna	29
3.6 Gestão Orçamentária e Financeira	36
3.7 Gestão de Pessoas	36
3.8 Gestão de Licitações e Contratos	40
3.9 Gestão Patrimonial e Infraestrutura	43
4. Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis	44
4.1 Declaração do Contador	44
4.2 Desempenho Financeiro-Contábil	45
4.3 Balanço Patrimonial	46
4.4 Balanço Orçamentário	47
4.5 Balanço Financeiro	49
4.6 Demonstrativo da Variação Patrimonial	50
4.7 Demonstrativo de Fluxo de Caixa	52
4.8 Nota Explicativa	53

1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

1.1 O COREN-BA

O Conselho Regional de Enfermagem da Bahia (Coren-BA) é uma autarquia federal vinculada ao sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem, criado pela Lei Federal n.º 5.905, de 12 de julho de 1973, cujas funções primordiais são regulamentar, disciplinar e fiscalizar o exercício profissional das suas quatro categorias: auxiliar de enfermagem, técnica(o) de enfermagem, enfermeira(o) e obstetritz.

MISSÃO

“Disciplinar e fiscalizar o exercício da enfermagem, orientando os profissionais, em benefício da sociedade”

VISÃO

“Ser uma autarquia com excelência na prestação de serviços, oferecendo atendimento de forma diversificada e com qualidade em todo o estado da Bahia”

VALORES

“Eficiência, ética, honestidade, profissionalismo, respeito e responsabilidade”

Entre as principais competências do conselho estão: deliberação sobre inscrição de profissionais,

além de suspensão e cancelamento; expedição de carteira profissional para o exercício da enfermagem; conhecimento e decisão de assuntos referentes à ética profissional; e execução das instruções e provimentos do Conselho Federal de Enfermagem.

A atuação do conselho se dá através do atendimento aos(às) profissionais de enfermagem nas diversas unidades, que buscam serviços como inscrição, registro e cadastro, negociação de débitos e outros, além da atividade de fiscalização do exercício profissional, desempenhada por servidores(as) enfermeiros(as) fiscais por meio de visitas técnicas a unidades e instituições de saúde em todo o território do estado.

O Coren-BA também possui importante atuação no julgamento de denúncias de infração ético-disciplinar e de processos éticos admitidos em desfavor de profissionais de enfermagem, que podem resultar na absolvição ou penalização do profissional.

Há ainda as atividades desenvolvidas pelas Câmaras Técnicas e seus Grupos de Trabalho que promovem estudos, elaboram pareceres técnicos, prestam orientações técnicas aos(às) profissionais de enfermagem e ainda desenvolvem ações formativas como oficinas, seminários, palestras e outros.

Em 2023, o Plenário do Coren-BA teve em sua composição dezesseis membros efetivos e dezesseis suplentes, eleitos através de voto secreto, para o triênio 2024-2026.

12 ATUAÇÃO

O Coren-BA atua em todo o território do estado da Bahia e conta com uma unidade sede na capital e outras no interior – as Subseções.

A gestão das subseções se dá através da divisão territorial em vetores, fazendo com que haja o Vetor Norte, com sede e coordenação administrativa em Feira de Santana, e o Vetor Sul, com igual estrutura, no município de Vitória da Conquista.

O Coren-BA encerrou o exercício de 2023 com 13 (treze) unidades ativas, com sua sede na capital e 12 (doze) unidades descentralizadas, sendo oito no vetor norte e cinco no vetor sul, localizadas em:

Além das unidades fixas, o Conselho possui o projeto Coren Vai até Você que é voltado à realização de atendimento descentralizado nos municípios do interior do estado onde o regional não possui estrutura permanente de prestação de serviços.

Unidades do Coren-BA em 2023

Sede

1. Salvador

Vetor Norte

2. Barreiras
3. Feira de Santana
4. Juazeiro
5. Paulo Afonso
6. Irecê
7. Cachoeira
8. Alagoinhas

Vetor Sul

9. Itabuna
10. Teixeira de Freitas
11. Vitória da Conquista
12. Guanambi
13. Jequié



13 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A atual estrutura organizacional foi aprovada pela Decisão Coren-BA n.º 18, de 6 de dezembro de 2018, que alterou a organização interna e a Decisão Coren-BA n.º 045 de 11 de março de 2022, que alterou o organograma do Conselho Regional de Enfermagem da Bahia.

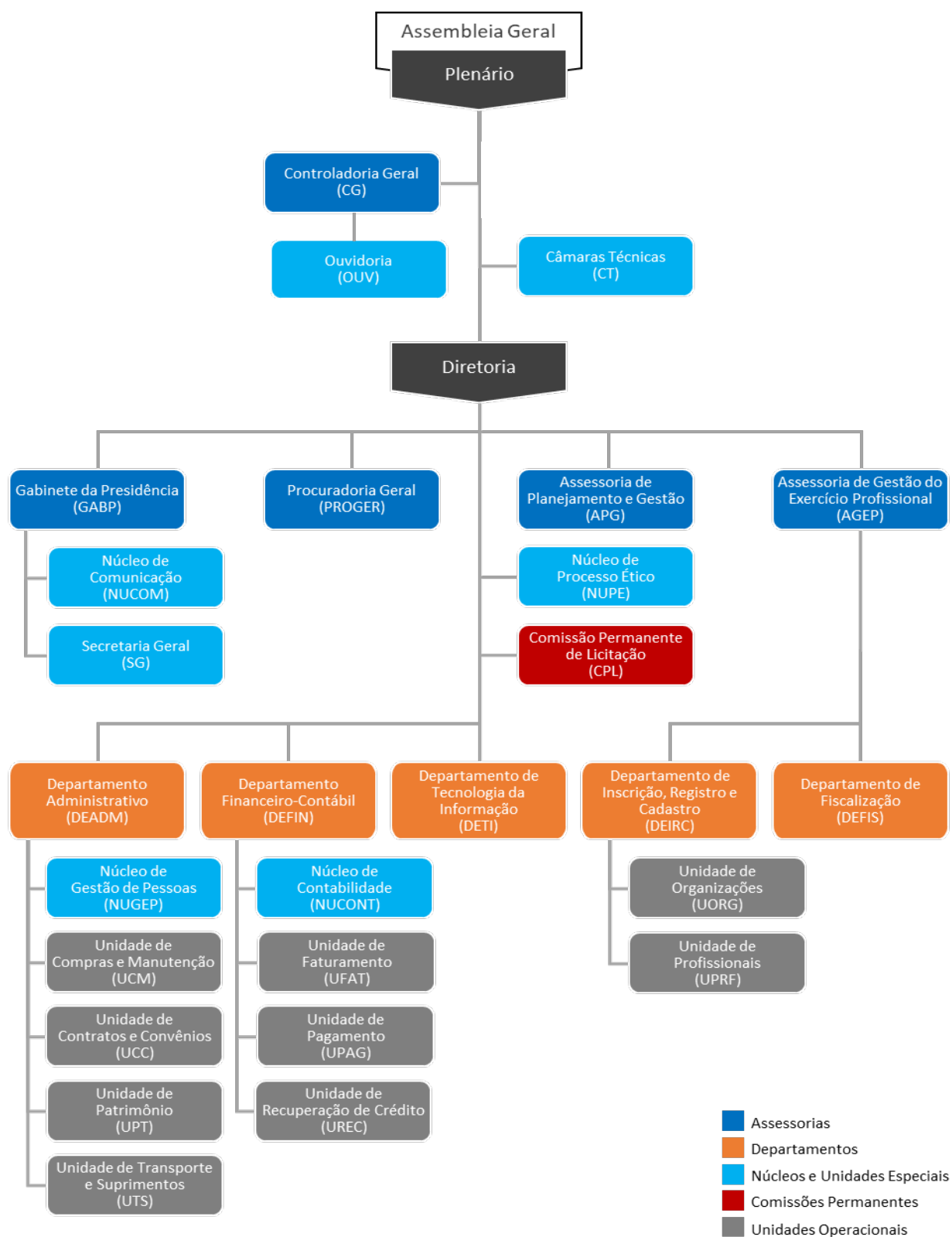
O Plenário e a Diretoria são os órgãos colegiados, compostos pelos(as) conselheiros(as) eleitos(as) em Assembleia Geral. As demais áreas funcionais compõem a organização interna e são divididas em: assessorias, departamentos, núcleos e unidades especiais, comissões permanentes e unidades operacionais.

As competências de cada uma das áreas funcionais do conselho estão dispostas no Caderno da Estrutura Organizacional, aprovado pela Decisão Coren-BA n.º 045, de 11 de março de 2022.

As Câmaras Técnicas e os grupos de trabalho também fazem parte da estrutura organizacional.

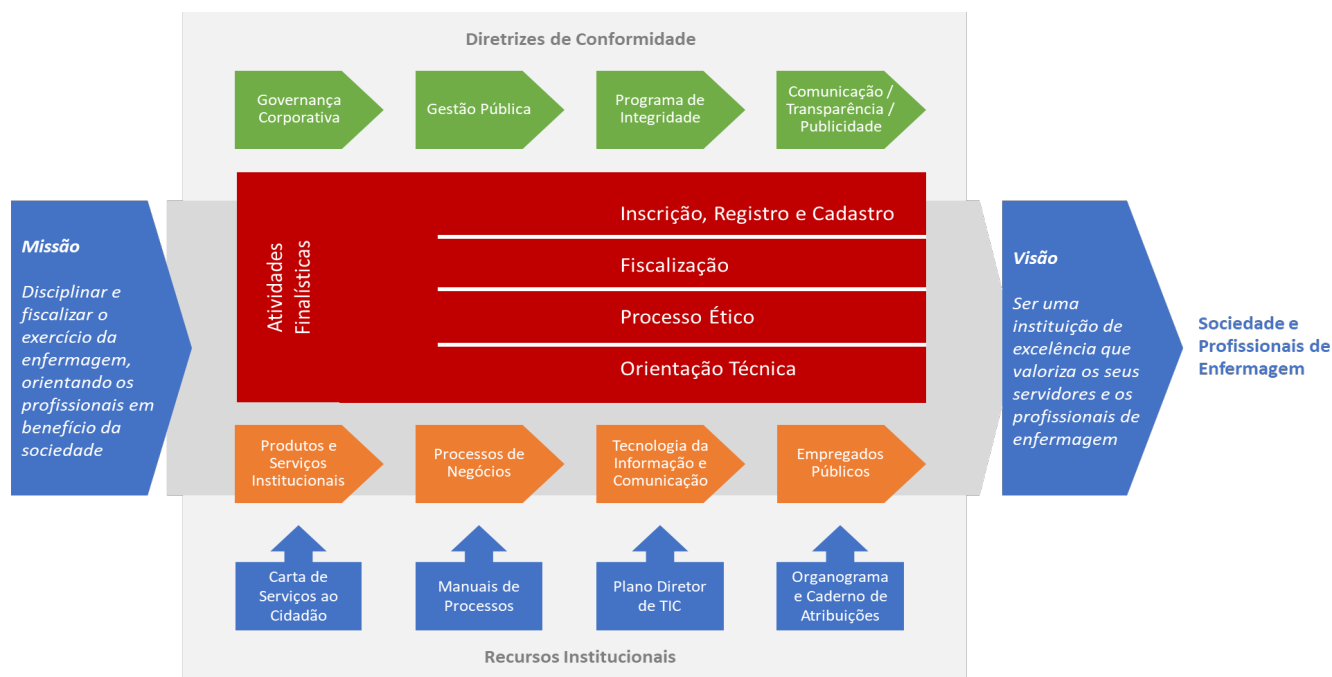
- Câmara Técnica de Práticas Especializadas em Saúde - CTPES;
- Comissão Regional de Inovação e Empreendedorismo – CRIE
- Câmara Técnica de Educação e Tecnologia em Saúde – CTETS
- Câmara Técnica de Cuidado Integral a Saúde da Mulher – CTCISM
- Câmara Técnica de Cuidado Domiciliar – CTCD
- Câmara Técnica de Atenção Primária à Saúde CTAPS;
- Câmara Técnica de Saúde Mental – CTSM
- Câmara Técnica de Atenção à Saúde do Trabalhador – CTASt
- Câmara Técnica De Práticas Integrativas Complementares Em Saúde – CTPICS
- Câmara Técnica de Ética do Exercício Profissional de Enfermagem – CTEEPE;
- Câmara Técnica de Urgência e Emergência – CTUE.

Organograma do Coren-BA em 2023



- Assessorias
- Departamentos
- Núcleos e Unidades Especiais
- Comissões Permanentes
- Unidades Operacionais

14 MODELO DE NEGÓCIOS



15 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

As unidades do Coren-BA da capital e do interior ainda são os principais canais de acesso aos serviços prestados pelo Conselho, principalmente para inscrição, registro e cadastro profissional, para registro de denúncias de infração ética e legal cometida por profissionais de enfermagem e para esclarecimentos acerca do exercício da profissão.

Outro importante canal é a Ouvidoria que possui acesso exclusivo através do portal do conselho na internet, na opção Ouvidoria, e onde são registradas e acompanhadas as manifestações de solicitações de informações, sugestões, reclamações e denúncias.

O Coren-BA possui outros canais de comunicação pelos quais se relaciona com os(as) profis-

sionais de enfermagem e a sociedade, fortalecendo a transparência e ampliando a divulgação das ações, projetos e informações institucionais. O Portal da Transparência possui diversos documentos para acompanhamento e consulta por parte do(a) cidadão(ã).

O conselho se comunica diretamente com a sociedade por meio de seu sítio na internet e está presente nas redes sociais que atualmente se configuram como um canal direto e interativo de aproximação e diálogo com o(a) cidadão(ã). As redes sociais são cada vez mais importantes em nossa estratégia de comunicação.

O ano de 2023 apresentou um grande crescimento pela busca e disponibilização de informações nos canais de comunicação do Conselho. A página no Instagram passou de 82 mil para mais de 102 mil seguidores, representando um crescimento aproximado de 24,4% do montante de usuários que acompanham a mídia social, consolidando a

conta do Instagram do Coren-BA entre os 3 perfis de Conselhos de Enfermagem com mais seguidores no país.

A página do Facebook encerrou o ano com 29.066 seguidores. De acordo com relatório do Google Analytics, 402 mil usuários(as) acessaram o site do Coren-BA no ano de 2023. Em comparação a 2022, quando foram 694.987 usuários, houve redução de 292.987 usuários. Esta redução pode ter ocorrido em função do fim da disponibilização de alguns serviços online, a exemplo da inscrição principal, transferência, dentre outros. Além disso, o Instagram vem se consolidando como principal fonte de informações sobre assuntos de interesse da categoria, a exemplo do Piso da Enfermagem.

No que diz respeito a citações do Coren-BA em jornais e portais de notícias, em 2023 foram 685 citações, representando um crescimento de 5,7 pontos percentuais, o que demonstra a continuidade do alto desempenho de visibilidade do Coren-BA na mídia desde 2021. Vale ressaltar que em 2022, foram 648 citações na mídia, um crescimento de 341% em comparação a 2021, quando o Coren-BA foi citado 190 vezes, comprovando a ampliação da representatividade do Conselho junto à sociedade. Vale destacar que este percentual tende a ser ainda maior na prática, pois estas notícias foram reproduzidas, ainda, em diversas rádios nos 417 municípios da Bahia. Cabe ressaltar, ainda, que em 2023, a presidente do Coren-BA concedeu cerca de 50 entrevistas na mídia, incluindo TVs, rádios, jornais e portais de notícias em toda a Bahia.

CONHEÇA OS PRINCIPAIS CANAIS:



Unidades do Coren-BA (sede e subseções): unidades responsáveis pelas atividades de inscrição, registro e cadastro profissional e atendimento presencial de profissionais e representantes de empresas que prestam serviço de enfermagem.



Portal do Coren-BA (www.coren-ba.gov.br):

principal canal da instituição onde são disponibilizados diversos serviços, informações, notícias, orientações, guias, publicações, manuais e outros.



Autoatendimento: seção no site onde são disponibilizados serviços online, como emissão de boleto, emissão e conferência de certidão, acompanhamento de protocolo e consulta dos(as) profissionais registrados(as) no conselho.



Ouvidoria: principal instância no atendimento às solicitações de informações, sugestões, reclamações e denúncias, agindo também na intermediação de conflitos. O serviço pode ser acessado através do sistema de ouvidoria disponível no portal do Coren-BA por meio do link: www.coren-ba.gov.br/ouvidoria.



Transparência e Prestação de Contas: principal canal para acompanhamento das informações de gestão do conselho conforme disposto na Lei de Acesso à Informação e nos normativos do Tribunal de Contas da União.



Redes Sociais: perfis nas redes sociais Facebook (/CorenBahia) e Instagram (@coren.bahia) onde são disponibilizadas informações e notícias do conselho e esclarecidas dúvidas.

2. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

2.1 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

As atividades de controle interno e gestão de riscos no Coren-BA são coordenadas pela Controladoria Geral (CG), área funcional vinculada ao Plenário da autarquia, cujas atribuições envolvem o controle das atividades administrativas, orçamentário-financeira, contábil e patrimonial, sob os aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia.

O controle realizado de modo preventivo e corretivo abrange o acompanhamento e a análise dos processos licitatórios e de gestão dos contratos; acompanhamento e análise dos processos vinculados a folha de pagamento; acompanhamento e controle da execução orçamentária.

Além disso, são realizadas a análise e liberação dos processos de pagamentos; validação da proposta orçamentária; liberação de viagens; auditoria das prestações de contas das diárias pagas aos(as) servidores(as), conselheiros(as) e colaboradores(as); análise e validação dos lançamentos contábeis e demonstrativos contábeis; acompanhamento e controle das ações do plano de redução da inadimplência; e orientações para implementação do controle de custos e redução dos gastos do conselho.

Soma-se a esse esforço a criação do Comitê Permanente de Controle Interno da Gestão 2021-2023, instituída pela Portaria Coren-BA nº 166, de 25 de fevereiro de 2022, que revogou a Portaria 305, de 18 de março de 2021, que tem o papel de acompanhar e auxiliar o trabalho da Controladoria Geral.

Ademais, os(as) gestores(as) das áreas funcionais do conselho conformam a primeira frente de controle e resposta aos riscos. A atuação dos(as) fiscais de contrato também contribui para minimizar riscos na autarquia.



Estratégia de Mitigação dos Riscos

Riscos	Categoria
Demandas não previstas externas: denúncias, eventos, representações, auditorias SUS, solicitações da Procuradoria Jurídica, audiências. Demandas não previstas internas: não autorização de viagem e veículo.	Operacionais
Grande extensão territorial: longos trajetos a percorrer para visitar as instituições planejadas, estradas em mau estado de conservação, localização das unidades em regiões perigosas e de difícil acesso, mudança de endereço da unidade.	Operacionais
Infraestrutura: Estrutura física e mobiliário de algumas subseções inadequados, equipamentos tecnológicos obsoletos ou inexistentes, veículos oficiais insuficientes.	Operacionais
Taxa Alta de Absenteísmo (Licenças legais).	Operacionais
Não utilização de sistema de informática para controle dos processos de fiscalização e Sistema de cadastro dos(as) profissionais apresentando inconsistência de informações.	Operacionais
Previsão inadequada da expectativa de arrecadação para o exercício fiscal.	Crédito
Alta taxa de inadimplência dos(as) profissionais.	Crédito
Dificuldade na realização de ações de execução fiscal, devido a possibilidade desta execução somente ser realizada quando o débito for superior ao valor de cinco anuidades vigentes, conforme lei 12.514/2011.	Crédito
Processos de contratações de fornecedores inadequados	Conformidade
Processos de pagamentos de despesas irregulares.	Conformidade
Contratação e desligamentos de pessoal, folha de pagamento mensal, incluindo encargos legais, e procedimentos na Unidade de Gestão de Pessoas, com irregularidades.	Conformidade

Resposta	Mitigação
Monitorar	Elaborar planejamento da fiscalização incluindo estas atividades extras no cronograma, conforme média histórica destas demandas.
Monitorar	Reorganização da estrutura com abertura de novas subseções, incluindo transporte próprio para a fiscalização, e redefinição do planejamento de viagens da fiscalização.
Monitorar	Reforma na estrutura física, aquisição de mobiliários, equipamentos e veículos, e manutenção preventiva dos veículos e equipamentos.
Monitorar	Realizar estudo com diagnóstico para conhecer os motivos principais destes afastamentos e intervir nas possíveis causas.
Monitorar	Atualização do parque tecnológico, incluindo os dados do Sistema Incorp, bem como a utilização do módulo de fiscalização deste e sistema de protocolo.
Monitorar	Elaboração do orçamento com análise da média histórica da arrecadação, incluindo fatores externos que possam impactar nas receitas, como: retração na economia do país, diminuição nos números de inscritos, aumento dos(as) profissionais remidos, entre outros.
Monitorar	Intensificação das ações de cobrança, incluindo notificações administrativas e inscrições dos débitos na dívida ativa.
Monitorar	Utilização de jurisprudência do STJ nos processos na 1ª instância; Controle maior para acompanhamento do saldo do débito do profissional até o mesmo atingir os valores permitidos pela Lei, para a execução fiscal.
Monitorar	Elaboração de fluxo do processo de contratação; Emissão de parecer jurídico sobre a legalidade do processo; Conferência e emissão de checklist/parecer da Controladoria Geral, atestando a conformidade da contratação, antes da finalização dos processos.
Monitorar	Análise da Controladoria Geral sobre a documentação financeira, atestando a conformidade do pagamento.
Monitorar	Análise da Controladoria Geral e da Procuradoria Geral das demandas do Núcleo de Gestão de Pessoas; Análise e conferência da folha de pagamento pela Controladoria Geral, realização de auditoria interna.

3. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

O sistema de governança do conselho compreende instâncias internas, responsáveis pela definição da estratégia da instituição, bem como pelo monitoramento da conformidade e de seu desempenho, e externas, responsáveis pela fiscalização, pelo controle e pela regulação do sistema, além das instâncias internas de apoio à governança, responsáveis pela comunicação entre as partes interessadas e auditorias que avaliam riscos e controles internos.

Instâncias Internas

Plenário

Constituído pelos membros eleitos efetivos e suplentes, é o órgão de deliberação máxima.

Estrutura de Governança do Coren-BA



Fonte: Assessoria de Planejamento e Gestão – APG/2024

Diretoria

Órgão executivo e de administração do Coren-BA, e é composta por 6 (seis) conselheiros(as) eleitos(as) para exercerem os cargos de: Presidente, Vice-Presidente, Primeiro(a) Secretário(a), Segundo(a) Secretário(a), Primeiro(a) Tesoureiro(a) e Segundo(a) Tesoureiro(a).

Estruturas de Apoio

Ouvidoria e a Controladoria Geral, vinculadas ao Plenário, e a Procuradoria Geral, vinculada à Diretoria.

Instâncias Externas

Conselho Federal de Enfermagem

Órgão superior de deliberação do sistema Cofen/Conselhos Regionais.

Tribunal de Contas da União

Órgão de controle externo e fiscalização das contas do Coren-BA.

32 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2024

Planejamento Estratégico Participativo 2022 - 2024

A elaboração do planejamento estratégico e do Plano Plurianual é regulamentada pela Resolução Cofen n.º 503, de 6 de janeiro de 2016, que “estabelece procedimentos para Plano Plurianual, Proposta e alterações orçamentárias e dá outras providências”.

No Coren-BA, o Planejamento Estratégico 2022-2024 foi aprovado pela Decisão Coren-BA n.º 32, de 21 de julho de 2021, que validou o Plano Plurianual e definiu a sistemática de acompanhamento e avaliação.

O Plano Estratégico estabelece os objetivos e indicadores necessários ao cumprimento da missão e alcance da visão de futuro do Coren-BA, bem como elenca as iniciativas, projetos e ações do período.

O Plano possui 10 (dez) objetivos estratégicos, distribuídos entre 4 (quatro) perspectivas, baseado na metodologia Balanced Scorecard, e durante o processo de elaboração foram definidas 12 (doze) iniciativas e 44 (quarenta e quatro) projetos e ações.

Cabe à Assessoria de Planejamento e Gestão (APG) acompanhar os indicadores e, junto às áreas gestoras e responsáveis, a execução das metas e ações estabelecidas.

O documento pode ser acessado no portal da transparência da autarquia, disponível em: <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-ba/transparencia/planejamento-estrategico/>.

Em 2023, foi executado no último exercício do ciclo trienal do Planejamento Estratégico. Até o fechamento deste relatório de gestão foram também emitidos os relatórios anuais de desempenho do Planejamento referente ao que fora executado no exercício 2023, o que forneceu dados para a apresentação dos resultados do ciclo neste relatório.

DESEMPENHO GERAL

No que se refere aos 44 (quarenta e quatro) projetos e ações traçados para o triênio, observou-se que ao fim do ciclo se alcançou um percentual de 11% das ações concluídas.

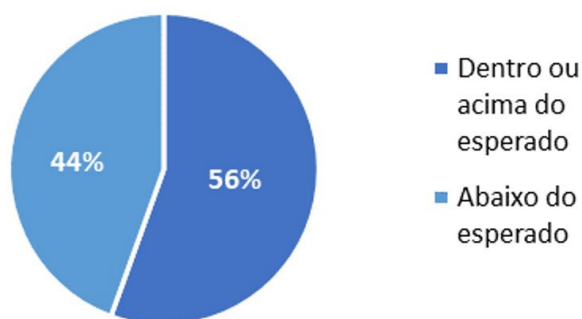


Fonte: Assessoria de Planejamento e Gestão – APG/2024

Tendo em vista as 4 (quatro) perspectivas estabelecidas com base na metodologia Balanced Scorecard – Partes Interessadas, Processos Internos, Aprendizado e Crescimento e Orçamentária – tem-se que o melhor percentual de execução de ações concentrou-se na perspectiva de Partes Interessadas, com 30% das ações concluídas, seguida da Processos Internos com 7%.

Considerando os 12 (doze) indicadores estabelecidos para fins de monitoramento estratégico, o fim do primeiro ciclo revelou que 09 (nove) destes possuíram condições de aferição em seu fechamento, sendo que 50% (cinquenta por cento) apresentaram resultados dentro ou acima do esperado.

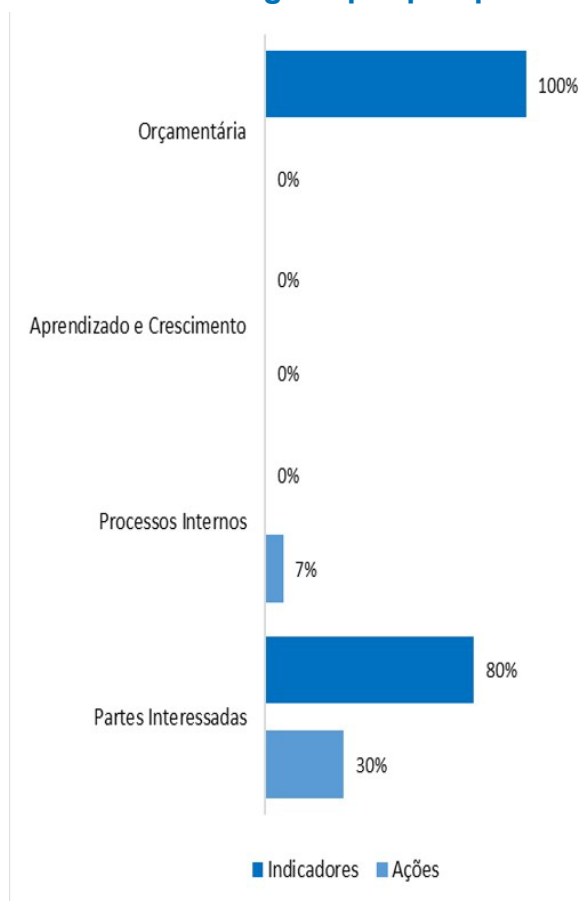
Resultado geral de indicadores de desempenho



Fonte: Assessoria de Planejamento e Gestão – APG/2024

Ao efetuar a análise por perspectiva tem-se a Orçamentária com o melhor resultado antes as demais, com 100% dos indicadores com resultado dentro ou acima do esperado, em seguida a Partes Interessadas com 80%.

Resultado geral por perspectiva

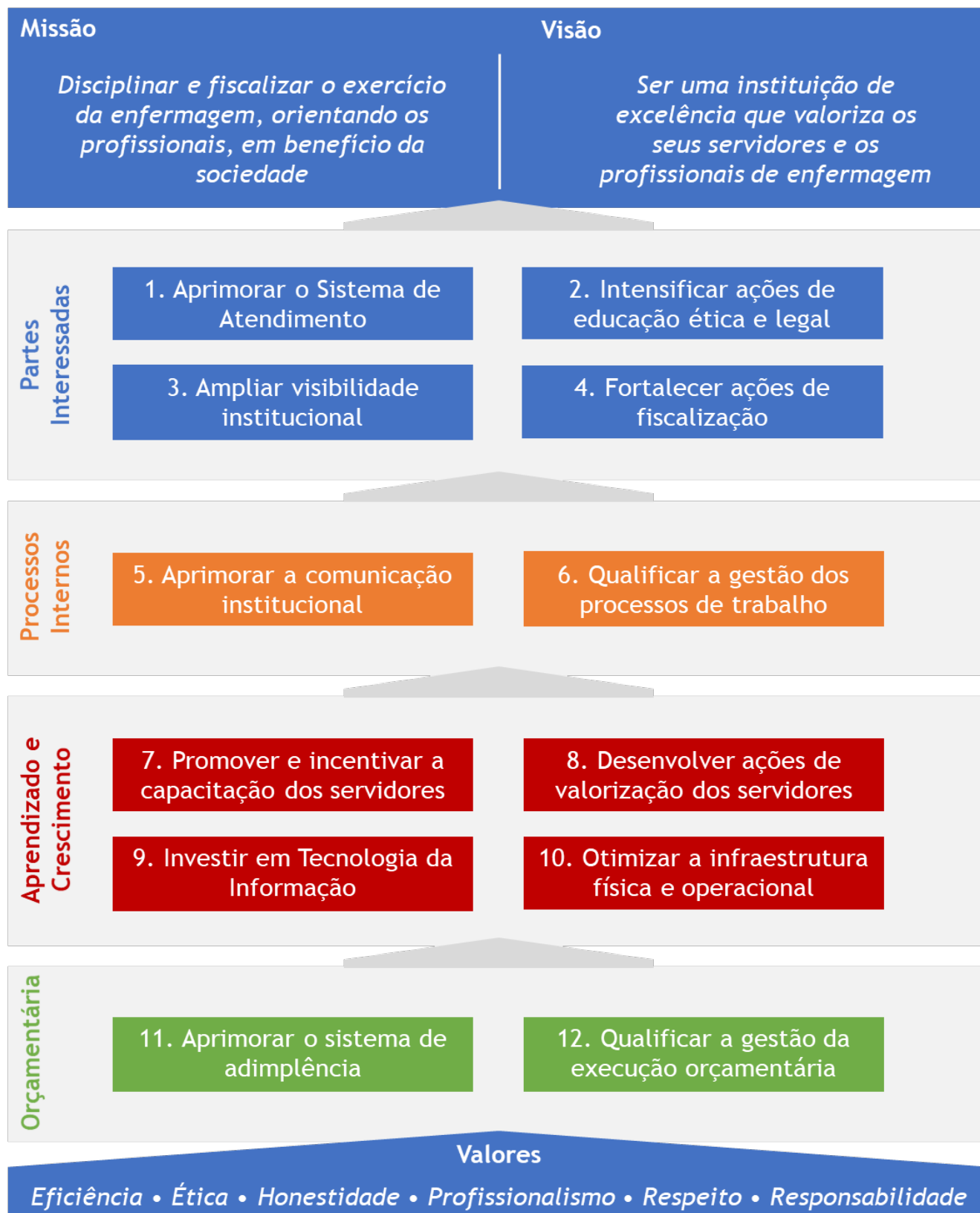


Fonte: Assessoria de Planejamento e Gestão – APG/2024

Analisando de forma conjunta o volume de execução de projetos e ações e os resultados dos indicadores de desempenho observa-se que as perspectivas de Processos Internos e Aprendizado e Crescimento apresentam resultados menos favoráveis que as demais, necessitando de um olhar mais atento na monitoria do próximo de ciclo de planejamento.

Os resultados de forma detalhada constam no Portal da Transparência, disponível em: <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-ba/transparencia/projetos-programas-acoef/>.

Mapa Estratégico do Coren-BA



33 ALOCAÇÃO DE RECURSOS DIANTE DOS GASTOS COM ATIVIDADE FINALÍSTICAS

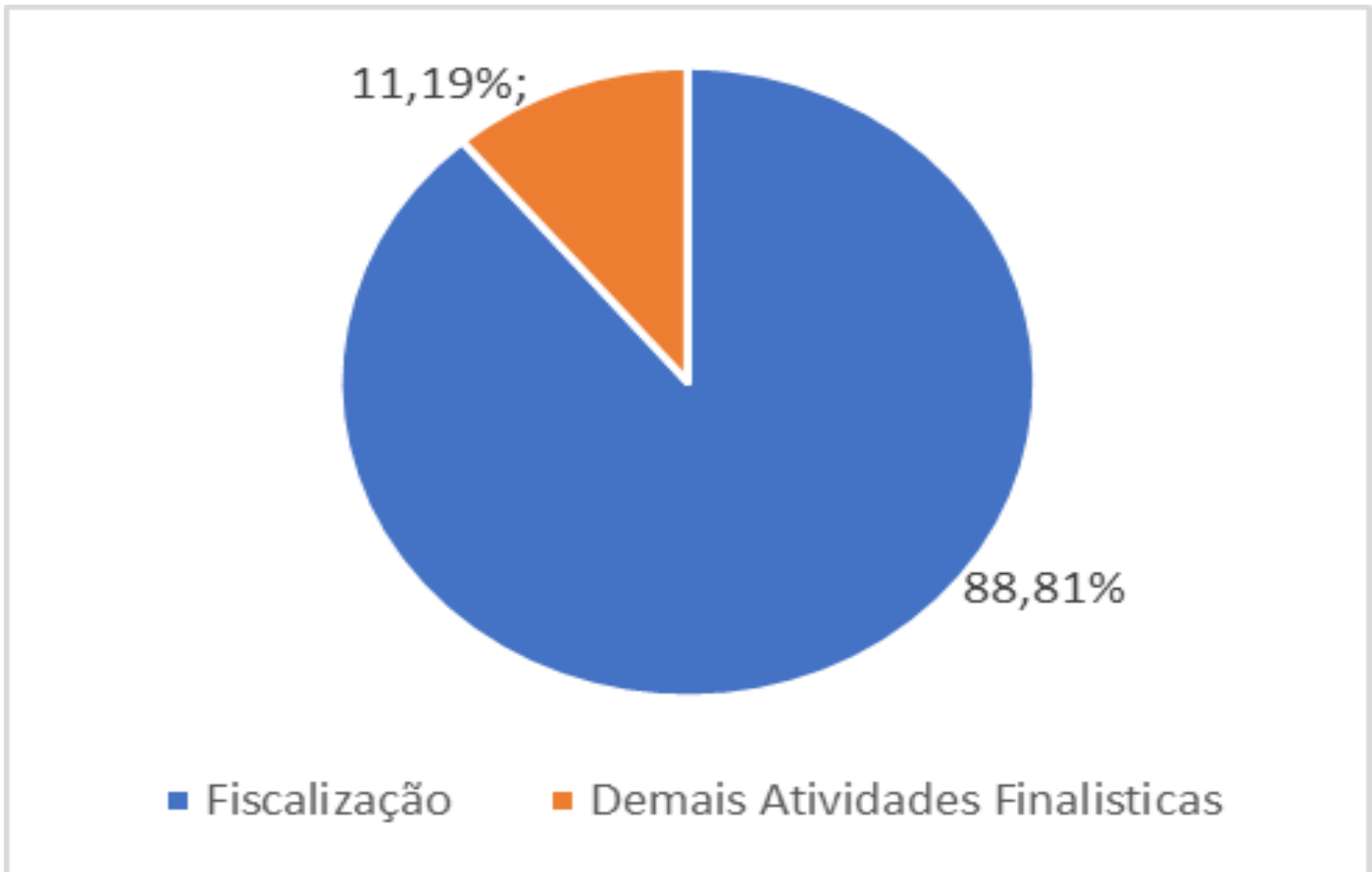
Em 2023, o valor total gasto com as atividades finalísticas do Coren-BA per fez uma totalização na ordem R\$ 12.451.197,44 que correpondem a 34,67% do montante executado ao exercício conforme planilha a seguir:

Atividades Finalísticas

Atividades Finalísticas		
Código	Centro de Custo	Valor
01.07	Fiscalização - Administrativo	925.622,42
01.08	Fiscalização - Sede	2.434.149,55
01.12	Inscrição, Registro e Cadastro - Sede	2.045.462,46
02.23	Inscrição, Registro e Cadastro - Vetor Norte (Barreiras, Feira de Santana, Juazeiro, Irecê , Paulo Afonso e Alagoinhas)	1.300.285,42
02.24	Inscrição, Registro e Cadastro - Vetor Sul (Itabuna, Teixeira de Freitas, Vitória da Conquista, Guanambi e Jequié)	1.345.100,33
02.25	Fiscalização - Vetor Norte (Barreiras, Feira de Santana e Juazeiro)	1.960.261,02
02.26	Fiscalização - Vetor Sul (Itabuna, Teixeira de Freitas e Vitória da Conquista)	1.047.006,91
Subtotal		11.057.888,11
Demais Atividades Finalísticas		
Código	Centro de Custo	Valor
01.02	Câmaras Técnicas	691.619,02
01.16	Processo Ético	701.690,31
Subtotal		1.393.309,33
Total Geral		12.451.197,44

Fonte: DEFIN/NUCONT/APG - 2024

Gastos com Atividades Finalísticas



Fonte: DEFIN/NUCONT/APG – 2023/2024

O valor total efetivamente gasto com a função de fiscalização do exercício profissional foi de R\$ 7.760.349,23, que corresponde a 21,61% das despesas executadas em 2023.

As despesas com fiscalização contêm, exclusivamente: as despesas com salários, encargos e benefícios dos fiscais no exercício da atividade; despesas com transporte e com veículos e equipamentos utilizados na fiscalização, incluindo custos de manutenção e combustíveis; diárias para cobrir estadia e alimentação dos fiscais, despesas com capacitação dos fiscais e custos com telefonia móvel institucional utilizada pelos fiscais.

34 RESULTADOS FINALÍSTICOS – DEFIS

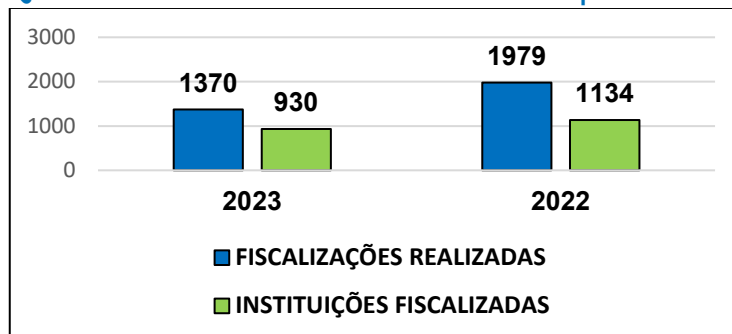
FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

O Departamento de Fiscalização (DEFIS) encerrou o ano de 2023 com 27 enfermeiras(os) fiscais com a seguinte divisão: 12 enfermeiras(os) fiscais atuando em Salvador (sendo 01 enfermeira fiscal na Coordenação de Processos de Fiscalização e 01 enfermeira fiscal na Coordenação de Educação Continuada) e 15 enfermeiras(os) atuando nas subseções da autarquia presentes no interior do Estado. Além disso contava na sede com 02 assistentes administrativos, 02 Jovens Aprendizizes e 02 auxiliares de fiscalização (01 na sede e 01 na subseção de Vitória da Conquista).

FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Em 2023, foram realizadas 1.370 fiscalizações in-loco em 155 municípios do Estado da Bahia e elaborados 1.392 relatórios de fiscalização pelas(os) enfermeiras(os) fiscais. No total, 930 instituições de saúde foram fiscalizadas sendo 295 em Salvador e região metropolitana e 635 no interior, abrangendo um total de 41.526 profissionais de enfermagem. Ao relacionarmos esses indicadores com o que foi executado em 2022, houve redução de 31% no total de fiscalizações realizadas e de 18% no total de instituições fiscalizadas.

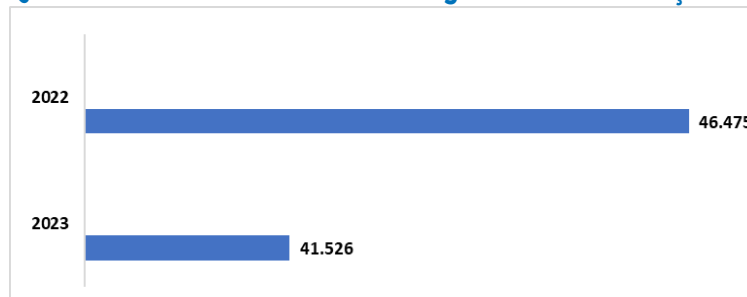
Quantitativo de Atendimentos Realizados pela – DEFIS



Fonte: Departamento de Fiscalização – DEFIS/2024

Quanto ao total de profissionais abrangidos nas fiscalizações em 2023, houve uma redução de 11% quando relacionamos com o resultado alcançado em 2022:

Quantitativo de Profissionais Abrangidos nas Fiscalizações



Fonte: Departamento de Fiscalização – DEFIS/2024

É importante ressaltar que essas reduções nos indicadores de 2023 se deram por diversos fatores como problemas na alocação de veículos oficiais para as visitas de fiscalização dos fiscais das subseções do interior, licenças maternidade e atestados médicos das(os) fiscais, recessos, atividades da semana de enfermagem, Operação Carnaval e excepcionalmente, em 2023, tivemos a Operação Estágio e a saída de 01 enfermeira fiscal do quadro de fiscalização após exoneração a pedido. Apesar disso, mesmo com esses eventos, foi observado um **aumento de 11% no quantitativo de denúncias apuradas**, sendo que em 2022 foram apuradas 225 denúncias e em

2023 o número alcançado foi de 249.

Devido a sua importância nos resultados em 2023, é importante esclarecer que a Operação é uma cooperação técnica entre o Ministério Público do Trabalho (MPT) e o Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) que tem por objetivo a fiscalização dos campos de estágio dos estudantes de nível médio e superior de enfer-

magem de todo o Brasil. A execução desta atividade é de caráter obrigatório para todos os regionais do Sistema COFEN/CORENS e os seus resultados são encaminhados posteriormente para o COFEN e o MPT para providências cabíveis frente às irregularidades encontradas. Na tabela a seguir, podemos observar os resultados dos principais indicadores da referida ação em 2023:



229
denúncias apuradas



67

Municípios com fiscalizações
in loco

Operação Estágio e Resultados Alcançados

Operação Estágio: Resultados Alcançados	
Instituições com campo de estágio que foram fiscalizadas	46
Total de estudantes de enfermagem presentes nos campos de estágio inspecionados	707
Total de enfermeiros supervisores envolvidos nos campos de estágio inspecionados	56
Total de professores orientadores envolvidos nos campos de estágio inspecionados	41
Total de estudantes realizando atividades diversas da Enfermeiro (a)	0
Total de instituições de ensino em que foram encontradas atividades diversas de Enfermeiro (a)	0

Fonte: Departamento de Fiscalização - DEFIS /2024

Outra ação digna de nota para os números obtidos em 2023, foi a Operação Carnaval executada entre os dias 15 e 22 de fevereiro de 2023, onde realizou-se visitas de fiscalização de enfermeiros fiscais e conselheiros da Autarquia nos postos de atendimentos e camarotes nos principais circuitos do carnaval de Salvador, com o objetivo de assegurar a qualidade dos serviços prestados pelos profissionais de enfermagem durante o período carnavalesco.

É importante destacar que tanto a Operação Carnaval quanto a Operação Estágio (realizada no mês de abril) mostraram-se exitosas, porém demandaram a suspensão de visitas de fiscalização programadas em instituições de saúde o que de certa forma impactou no planejamento e, conseqüentemente, nos indicadores do exercício de 2023.

Notificações

As notificações configuram-se em um instrumento essencial no processo fiscalizatório, na medida em que trata-se de um procedimento administrativo processual pelo qual um profissional (pessoa física) ou uma instituição (pessoa jurídica) é notificado através de uma base legal ou ética, sobre a existência de ilegalidade e/ou irregularidade no serviço de enfermagem que exige uma ação ou abstenção específica, ao tempo que concede um prazo para o cumprimento das medidas exigidas ou para a apresentação de contrarrazões, se necessário.

As notificações são expedidas pelos enfermeiros fiscais através do Termo de Fiscalização e são normatizadas pelo Manual de Fiscalização que é o documento consolidador dos princípios e diretrizes das atividades de fiscalização e, conforme a tabela abaixo, em 2023 o maior volume de notificações referiu-se ao subdimensionamento de pessoal, a inexistência ou inadequação dos documentos que gerenciam os processos de trabalho do serviço de

enfermagem como o Procedimento Operacional Padrão (POP'S) e Regimentos Internos, bem como o exercício irregular da enfermagem e a inexistência da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

Total de Notificações Expedidas

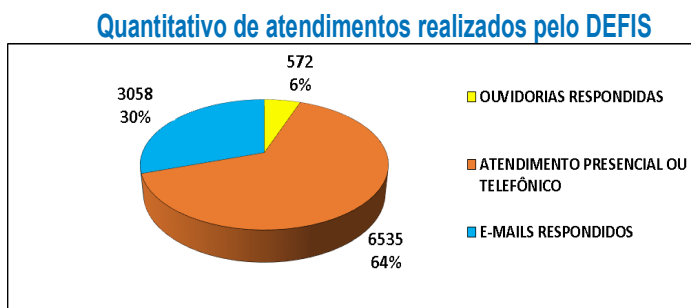
Notificações Expedidas	Total	%
Subdimensionamento de pessoal de Enfermagem	343	21%
Inexistência ou inadequação de documentos relacionados ao gerenciamento dos processos de trabalho do serviço de enfermagem	333	20%
Exercício irregular da Enfermagem	254	15%
Inexistência de anotação de responsabilidade técnica do serviço de Enfermagem	242	15%
Inexistência ou inadequação dos registros relativos à assistência de enfermagem	149	9%
Profissionais de Enfermagem que não registram o processo de Enfermagem contemplando as cinco etapas preconizadas – recomendação	121	7%
Inexistência ou ausência de enfermeiro onde são desenvolvidas as atividades de Enfermagem	111	7%
Profissional de enfermagem executando atividades divergentes das previstas nos atos administrativos/normativos baixados pelo Sistema Cofen/Corens	51	3%
Inexistência de Comissões de Ética de Enfermagem	25	2%
Exercício ilegal de Enfermagem	21	1%
Inexistência de registro de empresa	2	0%
Coordenação/Direção de curso de Enfermagem por pessoa não Enfermeiro	1	0%
Inexistência de registro de empresa	2	0%
Coordenação/Direção de curso de Enfermagem por pessoa não Enfermeiro	1	0%

Fonte: Departamento de Fiscalização - DEFIS/2024

Isto posto, o quantitativo total de notificações expedidas em 2023 foi de 1.653, se traduzindo em uma redução de 6% em relação ao quantitativo alcançado em 2022 que foi de 1.752 notificações expedidas. Essa redução no número das notificações deu-se principalmente devido a excepcionalidade da Operação Estágio (ação que não cabia lavratura de notificações, mas somente a identificação, tabulação e consolidação dos dados) e pelos outros eventos que impactaram no quantitativo de fiscalizações realizadas e que já foram mencionados anteriormente.

OUTROS RESULTADOS

Outro indicador importante foi o do quantitativo de atendimento aos profissionais de enfermagem e ao público em geral que alcançou em 2023 o número de 10.165, dividido entre atendimentos presenciais e/ou telefônico (64% do total), respostas via e-mail (30% do total) e por meio da ouvidoria (6%), conforme o gráfico abaixo:



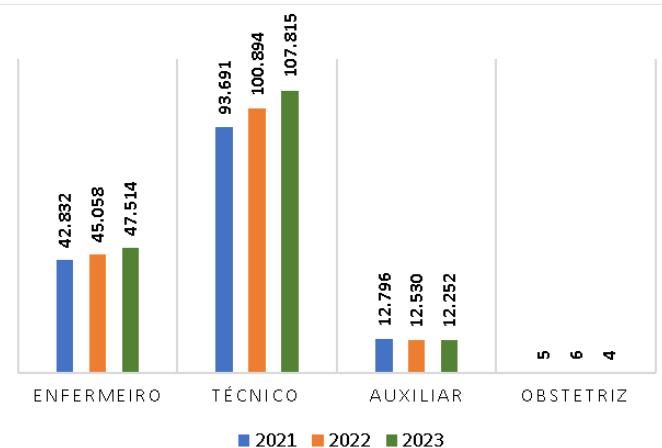
Fonte: Departamento de Fiscalização – DEFIS/2024

Entretanto, em relação ao alcançado em 2022 (13.406 atendimentos), constatamos que houve uma redução de 24% nesse indicador.

Por fim, ao longo de 2023, houve a abertura de 282 Processos Administrativos de Fiscalização (PAF's), e arquivados 174 PAF's, sendo que 111 foram arquivadas devido ao cumprimento das notificações expedidas pelos fiscais em consequência de irregularidades ou ilegalidades identificadas durante as fiscalizações. Outro dado importante é que em 2023, obtivemos um total de 224 fiscalizações realizadas para atender demandas não relacionadas no planejamento como averiguações prévias, solicitações de outros órgãos (como o MPT, MP) e demandas jurídicas por exemplo, além disso, houve a realização de 70 palestras durante o período, reforçando também o papel educativo das ações do DEFIS e das(os) enfermeiras(os) fiscais perante os profissionais de enfermagem.

Em 2023 o crescimento de inscritos, teve um aumento de 5,75% no total de ativos(as) em relação ao ano anterior. O total chegou a 167.585, um aumento de 9.111 profissionais. Obtivemos 1.286 cancelamentos, além de 291 suspensões que corresponde também a uma redução de 61,51% em relação ao ano anterior.

Profissionais Ativos(as) por Categoria



Fonte: Departamento de Inscrição, Registro e Cadastro - DEIRC/2024

Técnicos(as) e Auxiliares de Enfermagem compõem 71,65% dos inscritos, enquanto Enfermeiros(as) e Obstetrias representam 28,35%.

A categoria de Técnico(a) teve o maior crescimento nominal, com 6.924 novos(as) profissionais, seguido de Enfermeiro(a), com 2.464, e Obstetriz com menos 2 inscrições. Tal qual nos anos anteriores, a categoria de Auxiliar obteve queda de 279 profissionais em decorrência das poucas entidades de ensino que oferta a formação desta categoria profissional. Dos(as) inscritos(as), 89,86% são mulheres e 10,14% homens, mantendo a proporção vista ao longo dos anos e a predominância feminina da classe.

No tocante aos serviços prestados, houve um aumento de 21% quando comparado com o ano anterior conforme gráfico a seguir:

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR - NUPE

O procedimento ético-disciplinar é normatizado pela Resolução Cofen n.º 706, de 25 de julho de 2022 que aprovou, o “Código de Processo Ético das Autarquias Profissionais de Enfermagem”, e inicia-se de ofício (incluído o auto de infração) ou por denúncia, e compreende os ritos para apurar a suposta infração ao Código de Ética em sua Resolução 564 de 06 de novembro de 2017 dos(as) Profissionais de Enfermagem(CEPE).

Em 2023 foram admitidos 37 processos Éticos sendo que destes 7 aguardam julgamento e 30 estão em fase de instrução.

Dos processos éticos admitidos dos anos anteriores existem:

103 processos referentes a 2019 aguardando julgamento;

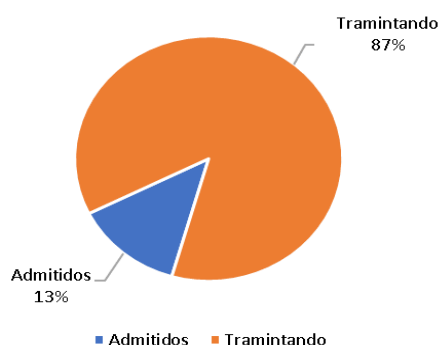
85 processos referentes a 2020 aguardando julgamento;

11 processos referentes a 2021 aguardando julgamento;

8 processos referentes a 2022 aguardando julgamento;

Perfazendo ao final do exercício de 2023, uma totalização na ordem de 244 processos em tramitação conforme grafico a seguir:

Procedimentos Éticos-Disciplinares



Fonte: Núcleo de Processo Ético – NUPE/2024

ORIENTAÇÃO TÉCNICA - CT

A orientação técnica é um valor entregue à sociedade resultante das atividades desenvolvidas pelas Câmaras Técnicas do Coren-BA e seus grupos de trabalho, compostos por especialistas da área de enfermagem. Através da realização de estudos, pareceres técnicos, reuniões e eventos, o conhecimento é discriminado e os(as) profissionais e a sociedade são orientados acerca dos assuntos atinentes à enfermagem.

A Câmara Técnica com base nos registros encontrados referentes ao exercício 2021-2023, apresentaram um total de 10 Câmaras Técnicas. Analisando os dados disponíveis no site www.coren.ba.gov.br foram localizados 196 pareceres técnicos entre os anos de 2021 a 2023.

Em análise dos dados disponíveis no site do Conselho foram localizados 196 Pareceres Técnicos, entre os anos de 2013 a 2023 nas diversas áreas que envolvem o exercício profissional de enfermagem e refletem as práticas profissionais no âmbito do estado da Bahia. Em direção mais atual, investigou-se os pareceres emitidos nos últimos três anos (2021-2023) a fim de apresentar as características gerais das demandas atendidas à categoria.

Em 2021 foram emitidos quatro pareceres técnicos, os quais estiveram relacionados às áreas técnicas de Atenção Primária à Saúde, Atenção à Saúde/especialidades, cuja demandas voltaram-se para: 1. Administração de imunobiológico sem documentação de identificação pessoal do uso; 2. Desprezar secreção de frascos de aspiração de vias aéreas pelos profissionais de enfermagem; 3. Realização de biópsia de pele por Enfermeiros; 3. Acolhimento e triagem realizada por técnicos de enfermagem em Unidade Básica de Saúde e ESF, o que indicaram a natureza clínico-assistencial e relativas ao processo de trabalho da equipe de enfermagem (atribuição,

competência técnica/legal), neste caso em particular, Enfermeiro e Técnico de Enfermagem.

No ano supramencionado, encontrou-se em atuação às câmaras técnicas: Câmara Técnica de Atenção Primária à Saúde – CTAPS (dois pareceres técnicos elaborados e publicados); e a Câmara Técnica de Práticas Especializadas em Saúde – CTPES (dois pareceres técnicos elaborados e publicados).

No ano de 2022, foram evidenciados 21 pareceres técnicos. Evidenciou-se as temáticas voltadas para: 1. Coordenador ou Supervisor de Enfermagem no Ensino Superior ter COREN ativo; 2. Respaldo para o Enfermeiro realizar a inserção do DIU (cobre) e realização de USG obstétrica no âmbito do SUS pelo (Enfermeiro Obstetra); 3. Técnico de Enfermagem (plantonista) que trabalha no Centro de Atenção Psicossocial de tipologia III, poder acompanhar um paciente do serviço, se este precisar de remoção e assistência em internação; 4. Uso das Práticas Integrativas e Complementares pelo Enfermeiro; 5. Perfuração do lóbulo auricular em recém-nascidos e adultos pela equipe de enfermagem; 6. Preenchimento parcial ou total de Declaração de Óbito (DO) por profissional Enfermeiro; 7. Prescrição de medicamentos anti-inflamatórios e corticoides como atribuição do enfermeiro na consulta denominada de dessensibilização para Tomografia Computadorizada (TC) e Ressonância Magnética; 8. Jornada de trabalho de 24h pelo profissional de enfermagem; 9. Nota Técnica aos profissionais de Enfermagem de home care e cooperativas prestadores de serviços na assistência domiciliar da Bahia; 10. Responsabilidade Técnica e execução da rotina da Sala de Vacina em Unidade Básica de Saúde/Unidade de Saúde da Família; 11. Atuação do Enfermeiro na área da Estética; 12. Administração de insulina na UBS/USF; 13. Supervisão do Técnico e Auxiliar de Enfermagem pelo Enfermeiro em Unidade Básica de Saúde / Unidade de Saúde da Família; 14. Responsabilidade do preenchimento das informações do E-SUS na Atenção Básica e alimentação do SISPNI; 15. Atuação do

Enfermeiro como instrutor de Pilates e inscrição de sua clínica junto ao COREN; 16. Passagem da sonda nasoesofaríngea pelo enfermeiro em pacientes intubados * Ventilação Mecânica (VM): liberação da dieta pelo Médico sem a utilização do raio X para avaliação do posicionamento duodenal; 17. Administração de injetáveis por profissionais de enfermagem (TE e AE) nas drogarias e farmácias; 18. Contaminação de lesões por fracionamento de curativos e bandagens; 19. Prática da punção executada por um profissional e registrada por outro; 20. Técnico de Enfermagem poder ser contratado como auxiliar de enfermagem; 21. Coleta de exame citopatológico e prescrição de contraceptivos para mulheres menores de idade desacompanhadas do responsável legal na Atenção Primária à Saúde.

Os focos dos pareceres elaborados estiveram direcionados para o contexto clínico-assistenciais (saúde da criança/neonatologia, saúde da mulher, saúde mental, Atenção Primária à Saúde – coleta de exames, prescrição de medicamentos; contexto hospitalar – ventilação mecânica, lesões de pele e curativos; Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, ato prescritivo, administração de medicamentos, home care, imunização, estética); ensino (atuação em instituições de ensino superior); gerencial (sistema de informação, registros, processo de trabalho, causas trabalhistas ligadas à jornada de trabalho, supervisão); exercício legal da profissão (atribuição privativa de cada categoria profissional da Enfermagem). As categorias profissionais contempladas foram as de Enfermeiro, Técnico de Enfermagem e Auxiliar de Enfermagem, este último, em menor número.

Ficou evidenciado no ano acima citado, a atuação das câmaras técnicas: Câmara Técnica de Atenção Primária à Saúde – CTAPS (cinco pareceres técnicos elaborados e publicados); e a Câmara Técnica de Práticas Especializadas em Saúde – CTPES (seis pareceres técnicos

elaborados e publicados); Câmara Técnica de Práticas Integrativas Complementares em Saúde (dois pareceres técnicos elaborados e publicados); Câmara Técnica de Saúde Mental (um parecer técnico elaborado e publicado); Câmara Técnica de Gestão e Empreendedorismo (três pareceres técnicos elaborados e publicados); Câmara Técnica de Tecnologia e Educação em Saúde Educação em Saúde (um parecer técnico elaborado e publicado). Do total de pareceres apreciados nesse mesmo ano, três deles foram assinados pela Coordenação Geral das Câmaras Técnicas (à época) e uma nota técnica assinada pela presidente do COREN-BA (à época).

A análise do ano de 2023 permitiu localizar a existência de 24 pareceres técnicos cujas áreas foram: 1. Exames e procedimentos que podem ser solicitados por enfermeiros no uso das suas atribuições e competências; 2. Não ser atribuição do técnico de enfermagem buscar medicamentos/insumos na farmácia ou outros setores; 3. Remanejamentos intersetoriais e abandono de plantão; 4. Atuação do enfermeiro em Escolas e Instituições de Ensino; 5. Anotação de Responsabilidade Técnica pelo Serviço de Enfermagem em Unidade Básica de Saúde / Unidade de Saúde da Família; 6. Realização do Testes da Linguinha na Triagem Neonatal; 7. Remanejamento dos profissionais de enfermagem entre unidades da mesma instituição; 8. Realização de prescrição de antibióticos, para gestantes, feita por enfermeiros; 9. Enfermeiro Especialista em Oncologia administrar quimioterapia pelo cateter de ommaya, ou seja, via intratecal; 10. Transporte de alimentos pela equipe de Enfermagem; 11. Atendimento do enfermeiro obstétrico no ACCR e possibilidade de encaminhamento por escrito para outras unidades de saúde; 12. Solicitação de um parecer sobre a passagem de cateter vesical de demora em pacientes com alterações na próstata por hiperplasia ou câncer de próstata sem a presença do médico; 13. Responsabilidade do Técnico de Enfermagem como circulante do

Centro Cirúrgico (CC); 14. Revisão do Parecer Técnico 005/2023, que versa sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica pelo Serviço de Enfermagem em Unidade Básica de Saúde e/ou Unidade de Saúde da Família; 15. Apreciação de Protocolo de Assistência ao Parto Domiciliar Planejado para implementação com fins de orientação e normatização da prática assistencial de enfermeiras obstetras e obstetras; 16. Busca e traslado de Medicamentos de Alta Vigilância – MAV, entre a Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica – UTIP e a Farmácia Central, bem como, sua conferência e controle; 17. Atuação do enfermeiro em Tricologia; 18. Atuação da enfermagem no banco de Leite; 19. Dispensação e conferência de psicotrópicos e MAVS; 20. Prazo para divulgação e alteração da escala mensal de trabalho para profissionais de Enfermagem; 21. Atendimento de Urgência e Emergência realizado pelos Profissionais de Enfermagem, em Unidade de Saúde sem o profissional médico; 22. Responsabilidade técnica de profissionais de Enfermagem em postos de coleta; 23. O funcionamento do serviço de enfermagem em sala de medicamentos no CAPS II; 24. Atribuição do Enfermeiro em emissão de relatórios e evolução de Enfermagem no CAPS II ou III.

Observou-se que a maior parte dos pareceres elaborados estiveram direcionados à dimensão assistencial (saúde da criança, saúde da mulher, Atenção Primária à Saúde, saúde mental, Práticas Integrativas e Complementares, Programa Nacional de Imunização, prescrição de enfermagem, estética, curativos, Home Care, assistência hospitalar), seguido da área gerencial (atividades administrativas, operabilidade de sistema de informação, jornada de trabalho, legislação trabalhista, processo de trabalho, registros de enfermagem) . Um dos pareceres esteve relacionado à área do ensino em enfermagem.

Comissões instituídas previamente (2021-2023):

Evidenciou-se o registro junto ao Núcleo de Câmaras Técnicas a existência da Comissão Regional de Inovação e Empreendedorismo na Enfermagem – CRIE, composta por três membros, instituída por meio de portaria, cujo objetivo é [...] Divulgar e promover as inovações do campo da enfermagem; Discutir o empreendedorismo na enfermagem; Considerar a educação como ponto de partida para o desenvolvimento do empreendedorismo na profissão; Respalda o direito a empreender e ter o próprio negócio é respaldado pela Lei do Exercício Profissional (Lei Federal nº 7.498/86), que assegura a autonomia do enfermeiro; I – Elaborar o Cartilha do Enfermeiro Empreendedor; II – Promover parcerias com o Sebrae-Ba e outros órgãos; III – Promover cursos, vídeos aulas, treinamentos e eventos sobre a atuação da enfermagem empreendedora; IV – Fomentar a criação de empresas juniores nas universidades; V – Auxiliar os enfermeiros que objetivam abrir consultórios e clínicas; VI – Emissão de Parecer e orientação técnica; VI – Outras mediante designação.

Portarias já instituídas:

Diante da atualização da Resolução 358 de 2009 do COFEN, que dispõe sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) e a implementação do Processo de Enfermagem em ambientes, públicos ou privados, em que ocorre o cuidado profissional de Enfermagem, e dá outras providências, a fim de subsidiar a implantação da SAE e do Processo de Enfermagem nos serviços de enfermagem na Bahia, foi elaborado um guia, o qual encontra-se desatualizado e com necessidade de revisão das legislações vigentes a respeito da questão

(Santos et al., 2016).

Grupos de Trabalho instituídos previamente (2021-2023):

Evidenciou-se o registro junto ao Núcleo de Câmaras Técnicas a existência do Grupo de Trabalho (GT) de Segurança do Paciente – GTSP, composta por três membros, instituída por meio da Portaria nº 1256, de 12 de setembro de 2023, cujo objetivo é Colegiado de especialistas, de natureza consultiva e analítica, visando discutir, orientar, avaliar e dar apoio técnico científico a assuntos e pareceres que envolvam Segurança do Paciente, subsidiando o Plenário do Coren-BA em suas decisões fechando assim o exercício 2023.

Dentro deste cenário encontrado do exercício 2023 foram recebidas 476 manifestações sendo respondidas 295 correspondentes ao percentual de 62%, seguido e em lançamentos 181 gerando um percentual de 38% referentes as notificações recebidas via canal ouvidoria.

Atendimento as Solicitações da Ouvidoria

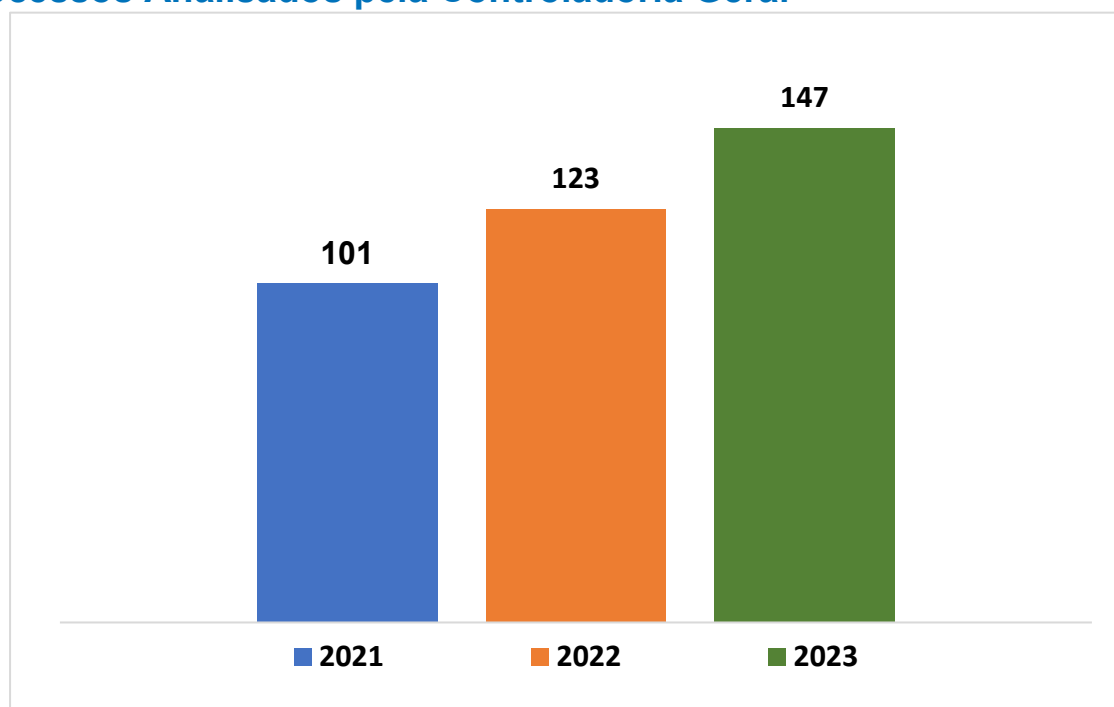


Fonte: extranet.confen.gov.br/ouvidoria – Coren-BA/07/03/2024

35 RESULTADOS DA GOVERNANÇA INTERNA - CG

Em 2023, foram submetidos à análise da Controladoria Geral 147 (cento e quarenta e sete) processos administrativos de contratações, quantidade superior em 20% ao ano de 2022 e 46% em relação ao ano de 2021.

Processos Analisados pela Controladoria Geral



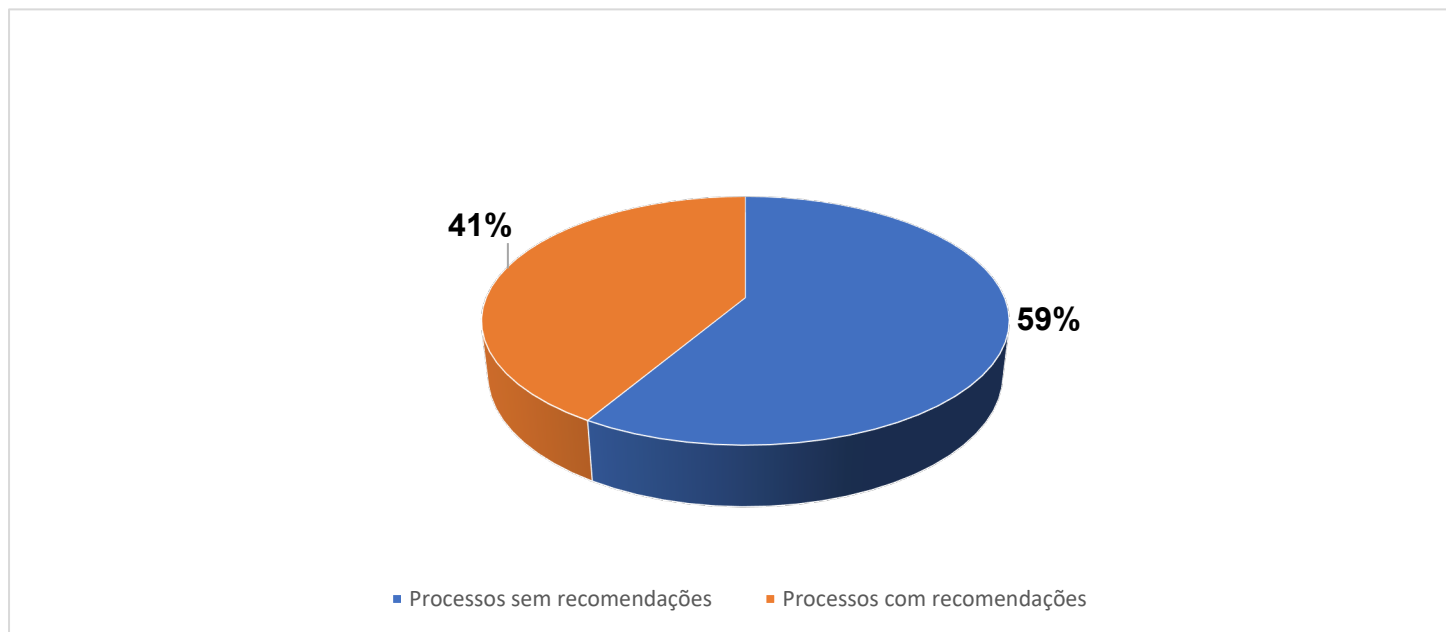
Fonte: Controladoria Geral - CG/2024

Dos processos administrativos de contratações apreciados no exercício em análise, foram emitidas recomendações para 60 (sessenta), o que representa 41% dos processos analisados.

Descrição	Quantidade	%
Processos analisados	147	100%
Processos sem recomendações	87	59%
Processos com recomendações	60	41%

Fonte: Controladoria Geral - CG/2024

Recomendações nos Processos de Contratações Analisados Exercício 2023



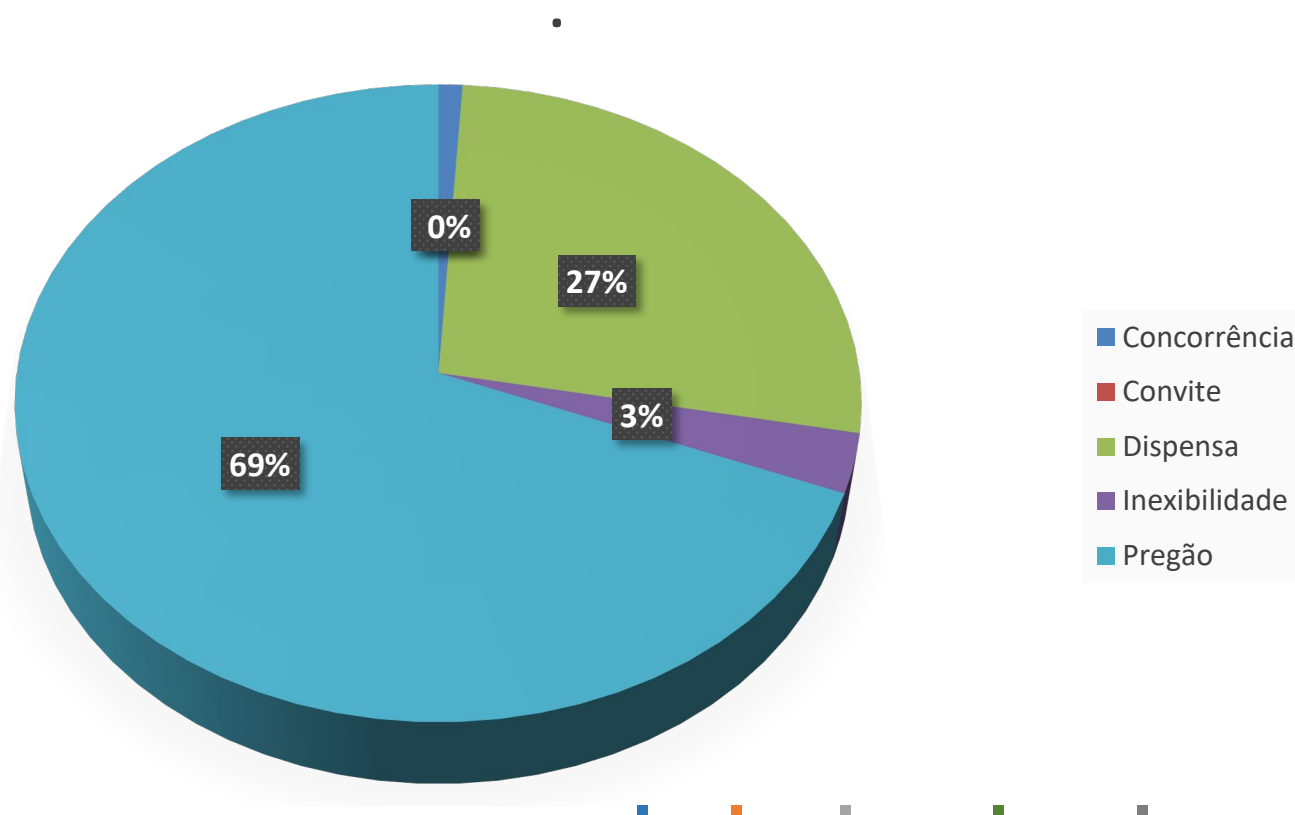
Fonte: Controladoria Geral – CG/2024

Dos processos administrativos de contratações analisados em 2023, 70% foram feitas através de processo de licitação; 3% de inexigibilidadee 27% de dispensa.

Processos Administrativos (Licitações) - analisados de 01/01/2023 até 31/12/2023

Concorrência	Convite	Dispensa	Inexigibilidade	Pregão	Total
1	0	40	4	102	147
1%		27%	3%	69%	100%

Processos de Contratações Analisados - 2023



Fonte: Controladoria Geral – CG/2024

Referente ao pagamento de diárias aos servidores, conselheiros e colaboradores do Coren-BA, todos os processos de concessão são encaminhados à Controladoria Geral para análise e liberação destes, previamente apreciadas pelo(a) gestor(a) responsável pela área. São verificadas a pertinência da viagem, a duração e o cálculo da quantidade de diárias a serem pagas. Após a realização da viagem, a partir de solicitação do Controlador Geral, as prestações de contas são encaminhadas para validação, por amostragem. No exercício de 2023, não houve análise das prestações de contas das diárias recebidas por servidores, conselheiros e colaboradores, por parte da Controladoria Geral.

Também, em razão de investigações e de denúncias/representações, foram detectados indícios de irregularidades que ensejaram a instauração de 08 processos administrativos de sindicância de cunho investigativo.

Os processos de pagamentos são analisados previamente pela Controladoria Geral e na análise são verificadas as retenções tributárias, a existência de contrato e empenho prévio, e a efetiva realização do serviço ou aquisição do bem, através do controle do atesto nos documentos fiscais.

No exercício de 2023, através da Decisão Coren-BA nº 149/2021 e suas alterações, foi normatizado o procedimento de liquidação, empenho e pagamento no âmbito do Conselho Regional de Enfermagem da Bahia, tendo como anexos: I – Manual de fluxo para os processos de compras, contratações e pagamentos no âmbito do Coren-BA (versão 5); II - Modelo de preenchimento do despacho de encaminhamento; III - Prazos do Manual de fluxo para os processos de compras, contratações e pagamentos no âmbito do Coren-BA.

A Controladoria Geral analisa a conformidade das folhas de pagamentos quinzenal e mensal do Coren-BA, após elaboração do setor competente, e antes do envio do arquivo eletrônico de pagamento, sendo realizado apontamentos sobre possíveis erros nas verbas salariais ou nos descontos legais. Destaca-se a importância dessa análise prévia, pois reduz substancialmente a ocorrência de erros que possam ocasionar prejuízos ao erário do Conselho. Este Relatório de Gestão procura atender à Instrução Normativa nº 84/2020, do Tribunal de Contas da União, apresentando as principais realizações do terceiro ano da Gestão 2021– 2023 do Coren-BA. Foi organizado a partir de Relatórios Setoriais, elaborados pelas assessorias, departamentos, núcleos e unidades, sob a coordenação da Assessoria de Planejamento e Gestão. Procuramos, com isso, dotar os profissionais abarcados pelo Conselho bem como toda a sociedade baiana, com a mais alta transparência

de todos os nossos atos e ações praticados durante o exercício de 2023.

RESULTADOS DA PROCURADORIA GERAL -PROGER

À Procuradoria Geral (PROGER) cabe assessorar a gestão do Conselho diante das divergências de entendimento frente aos princípios da administração pública federal e às instruções e provimentos do Conselho Federal, ingressar com Ações Cíveis Públicas na Justiça Federal e representações no Ministério Público e demais órgãos competentes, participar de audiências, participar de reuniões nas subseções do Conselho, nas unidades de saúde e em demais órgãos públicos e privados, inscrever profissionais de enfermagem inadimplentes na dívida ativa, realizar o protesto das dívidas de anuidades do Conselho Regional de profissionais de enfermagem inadimplentes, e ingressar com Execuções Fiscais na Justiça Federal.

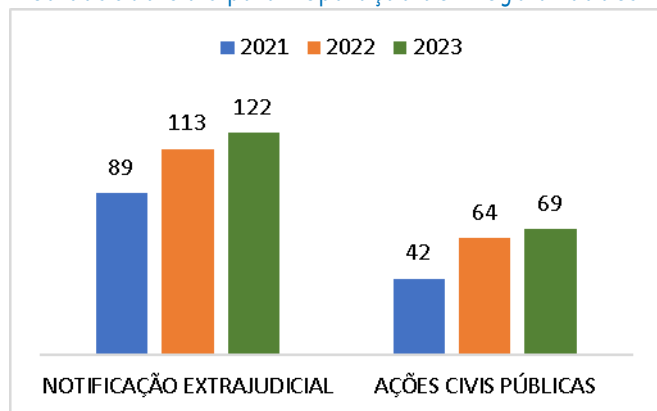
Ações Civas Públicas

As Ações Civas Públicas são, segundo o Superior Tribunal Federal (STF), “ações para responsabilizar os responsáveis por causar danos ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico ou a qualquer outro interesse coletivo ou interesse difuso”.

Quando as irregularidades identificadas pelas equipes do Departamento de Fiscalização (DEFIS) não são resolvidas administrativamente, a Procuradoria Geral (PROGER) age para buscar a eventual responsabilização por danos causados ao “interesse coletivo” em situações ligadas a atividade da categoria de enfermagem e a saúde pública.

Em 2023, foram efetuadas 122 notificações extrajudiciais para ajustes das irregularidades apontadas nos relatórios dos(as) enfermeiros(as) fiscais, sendo propostas 69 ações civis públicas, com aumento de 27% e 52% respectivamente.

Medidas Judiciais para Reparação de Irregularidades



Fonte: Procuradoria Geral – PROGER/2024

Nota-se que houve um aumento constante nas medidas aplicadas para reparação de irregularidades, em relação aos anos anteriores.

A lista completa das Ações Civas Públicas ingressadas pelo Coren-BA pode ser encontrada no endereço: <http://ba.corens.portalcofen.gov.br/acao-civil-pu-blica>.

Processos Trabalhistas

No ano de 2023 a carteira trabalhista da Procuradoria Geral atuou em 8 reclamações trabalhistas propostas por empregados que foram dispensados.

32ª Vara do Trabalho de Salvador

0000012-83.2022.5.05.0032
(CORENBA)(15679277000160)
(liquidado - aguardando arquivamento)

28ª Vara do Trabalho de Salvador

0000127-82.2023.5.05.0028
(CORENBA)(15679277000160)
(Fase de conhecimento - audiência de instrução)

33ª Vara do Trabalho de Salvador

0000291-66.2022.5.05.0033
(CORENBA) (15679277000160)
(Fase de conhecimento - 2º grau)

20ª Vara do Trabalho de Salvador

0000752-92.2022.5.05.0015
(CORENBA) (15679277000160)
(Fase de execução - aguardando julgamento da impugnação aos cálculos)

3ª Vara do Trabalho de Salvador

0000361-81.2019.5.05.0003
(CORENBA) (15679277000160)
(Fase de execução)

21ª Vara do Trabalho de Salvador

0000419-88.2023.5.05.0021
(CORENBA) (15679277000160)
(fase de conhecimento - fase de contestação e audiência inicial)

11ª Vara do Trabalho de Salvador

0000419-88.2023.5.05.0021

(CORENBA) (15679277000160)

(Fase de conhecimento - setença de improcedência para a autora)

1ª Vara do Trabalho de Salvador

0000659-24.2021.5.05.0611

(CORENBA) (15679277000160)

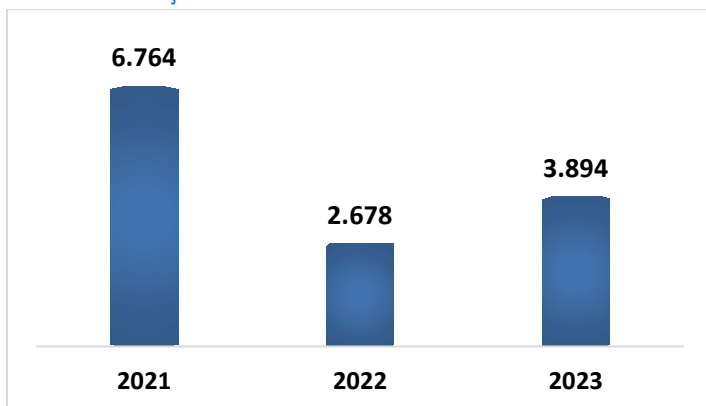
Execuções Fiscais

No decorrer do Exercício 2023 foram ajuizados 290 Processos de Execuções Fiscais no intuito de retabelecer o crédito tributário do Coren/BA, além disso foram protocoladas 273 pedidos de extinção processual em sua maioria em virtude de quitação dos débitos, 79 suspensões por acordo, 12 transferência bancárias de SISBAJUD.

Manifestações Registradas via Canal da Ouvidoria - OUV

Durante o ano de 2023 foi registrado via canal da Ouvidoria, um total de 3.894 manifestações, sendo essas distribuídas em 15 departamentos da Autarquia, comparando-se aos anos anteriores de 2021 e 2022 existe uma expressiva diferença entre os números registrados gerando diferenças em representativas oscilações conforme gráfico a seguir:

Manifestações



Fonte: extranet.confed.gov.br/Ouv-Coren-BA 2024

Segundo o Regimento Interno da Ouvidoria:

Art. 20 Quando demandada, a Ouvidoria-Geral deverá obedecer aos seguintes prazos:

- I. 3 dias, subsequentes ao recebimento e análise da manifestação, para encaminhamento às áreas envolvidas;
- II. 9 dias, para retorno das respostas à Ouvidoria, oriundas das áreas internas ou colaboradores da Ouvidoria-Geral;
- III. 3 dias, para o encaminhamento de resposta ao usuário, contados a partir da data em que a manifestação foi registrada pela Ouvidoria no sistema informatizado.

Art. 21 A Ouvidoria terá prazo total de 15 (quinze) dias para responder a solicitação, sendo que este prazo pode ser prorrogado, caso haja necessidade de abertura de processo administrativo. Ressalto que mesmo com as orientações do Regimento Interno da Ouvidoria, foi observado que os prazos não foram cumpridos durante o exercício 2023 conforme tabelas a seguir:

Manifestações por Departamento

Departamentos	Encaminhadas	Respondidas	Respondidas%
Unidade de Recuperação de Crédito	22	22	100
Assessoria de Gestão do Exercício Profissional	1	1	100
Unidade de Faturamento	1241	1236	99,6
Unidade de Organizações	135	134	99,26
Unidade de Profissionais	712	704	98,88
Departamento de Fiscalização	942	887	94,16
Departamento de Inscrição, Registro e Cadastro	391	330	84,4
Procuradoria Geral	72	50	69,44
Núcleo de Processo Ético	61	39	63,93
Câmaras Técnicas	476	295	61,97
Secretaria Geral	3	1	33,33
Gabinete da Presidência	98	8	8,16
Assessoria de Planejamento e Gestão	2	0	0
Núcleo de Comunicação	1	0	0
Unidade de Pagamento	1	0	0

Fonte: extranet.confed.gov.br/Ouv-Coren-BA 2024

O tempo médio de resposta é expirado conforme

detalhamento na tabela seguir:

Prazos por Departamento 2023

Prazos Médio de Resposta dos Departamentos	
Assessoria de Comunicação	1,00 dias
Assessoria de Gestão do Exercício Profissional	55,00 dias
Câmaras Técnicas	43,29 dias
Departamento de Fiscalização	13,70 dias
Departamento de Gestão do Exercício Profissional	5,00 dias
Departamento de Inscrição, Registro e Cadastro	15,00 dias
Divisão de Inscrição, Registro e Cadastro	10,50 dias
Gabinete da Presidência	15,57 dias
Núcleo de Processo Ético	5,94 dias
Procuradoria Geral	31,77 dias
Secretaria Geral	1,00 dias
Unidade de Faturamento	0,33 dias
Unidade de Organizações	7,12 dias
Unidade de Profissionais	0,74 dias
Unidade de Recuperação de Crédito	1,68 dias

Fonte: extranet.cofen.gov.br/Ouv - Coren-BA 2024

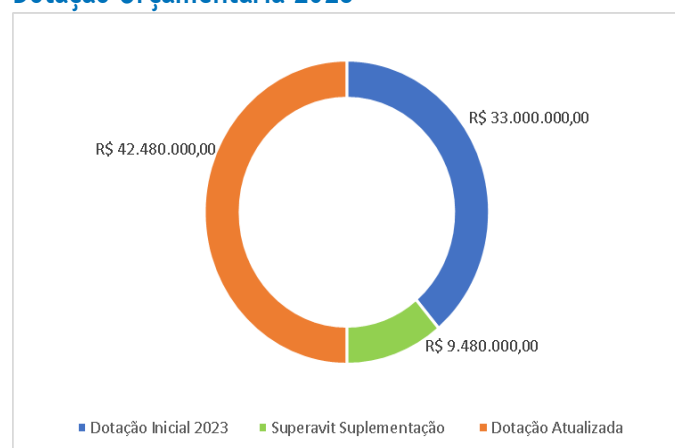
Ao acessar o sistema da ouvidoria constatamos que durante o exercício 2023, ficou um grande quantidade demandas reprimida dos anos de 2022 e 2023, somando-se as já recebida no corrente ano. Após análise criteriosa, foi observado que diante das demandas reprimidas tivemos um quantitativo de manifestações: Em abertas - 590, Em tramitação - 60, Demandas encaminhadas aos departamentos - 336, Demandas respondidas – 241, sendo deste total das Respondidas existem aquelas que constam como respondidas sem resposta do Departamento, somando um total de 1.227 manifestações.

Diante dos dados analisados, reitero que será necessária indispensável articulação com todos os departamentos envolvidos nas manifestações, assim como a indicação de uma referência por departamento para responder de forma embasada as manifestações inerentes ao departamento, conforme preconiza a legislação específica da Ouvidoria.

36 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A Decisão Coren-BA nº 225, de 26 de outubro de 2022, homologada pela Decisão Cofen nº 0249/2022, aprovou a Proposta Orçamentária Anual - Exercício 2023 e fixou dotação para o atendimento das despesas no montante de R\$33.000,000,000 (trinta e três milhões de reais).

Dotação Orçamentária 2023



Fonte: DEFIN/NUCONT/APG – 2023/2024

Houve uma suplementação no valor de R\$ 9.480.000,00 cuja a origem do recurso foi o superávit do exercício anterior, resultando em uma dotação atualizada de R\$ 42.480.000,00.

O acréscimo foi em razão de investimentos necessários para manutenção e funcionamento da infraestrutura administrativa da sede e subseções do Coren-BA.

Quanto ao desempenho dos gastos em 2023, o valor empenhado foi de R\$ 37.928.544,91, ou seja, foi executado 10,71% a menor relação a dotação atualizada.

Faz-se importante salientar que do total liquidado no período de R\$ 37.173.507,14, deste R\$ 9.122.487,89 correspondem a Transferências para o Cofen representando o percentual de 24,54% do total executado.

3.7 GESTÃO DE PESSOAS - NUGEP

Ao fim do exercício 2023, o Coren-BA detinha uma força de trabalho composta por 174 pessoas, com aumento de 9,43%, em comparação do exercício 2022 até o final do exercício 2023 conforme quadro a seguir:

Distribuição da Força de Trabalho

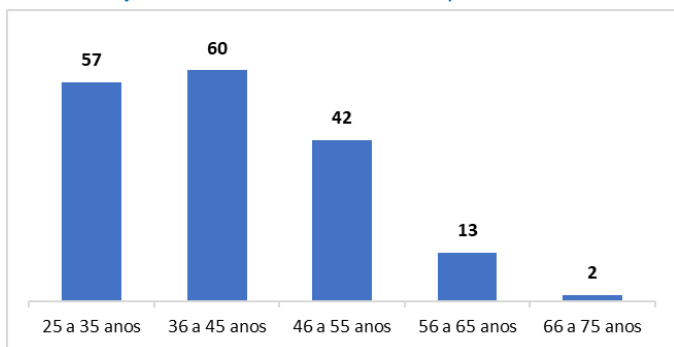
Categoria	2021	2022	2023
Servidor	123	133	142
Estagiário	17	23	27
Jovem Aprendiz	3	3	5
Total	143	159	174

Fonte: Núcleo de Gestão de Pessoas - NUGEP/2024

O total de servidores(as) ao final do exercício de 2023 foi de 174 servidores e empregados(as) públicos(as) que destes correspondem ao quantitativo de 32 cargos comissionados, compostos também por enfermeiros(as) fiscais, que atuam efetivamente em ações de fiscalização. Ao final do exercício apresentaram somente 3 afastamentos por INSS.

Do total de servidores(as), o quantitativo em maior relevância está na faixa etária de 36 á 45 anos onde corresponde a 34,48% da totalização no período, seguido do percentual 32,76% encontra-se os servidores de 25 á 35 anos, em terceira posição estão os servidores de 46 á 55 anos que correspondem ao percentual de 24,14%, estes três percentuais são mais significativos que geram um percentual na ordem de 91,38% do total no período. A complementação dos 100% é composta por pelos servidores 56 a 75 anos perfazendo um percentual de 8,62% ao final período.

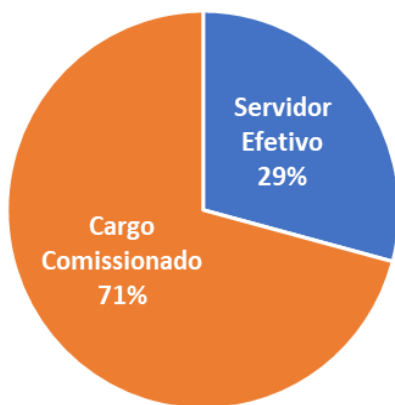
Distribuição dos Servidores (as) por Faixa Etária



Fonte: Núcleo de Gestão de Pessoas – NUGEP/2024

Referente aos cargos em comissão da autarquia, com atribuições previstas no Caderno de Estrutura Organizacional, aprovado pela Decisão COREN-BA nº 045, de 11 de março de 2022, ao fim do exercício 2023, o conselho possuía na estrutura 48 (quarenta e oito) cargos comissionados, com 3 (três) postos vagos. Dos cargos comissionados preenchidos, 33,33% dos ocupantes eram servidores e empregados efetivos.

Distribuição dos Cargos Comissionados por Vínculo

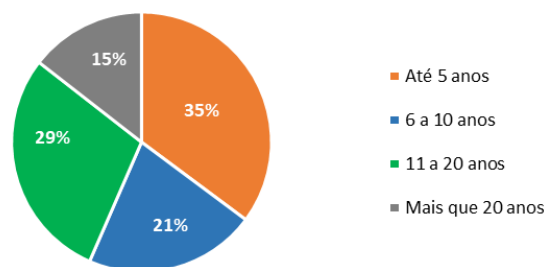


Fonte: Núcleo de Gestão de Pessoas – NUGEP/2024

Quanto ao tempo de serviço prestado, observa-se que a maior parte dos(as) servidores(as) se encontra na faixa de até 5 anos, dentro deste cenário temporal apresenta-se um quantitativo 28 assessores,

18 de nível técnico e 5 jovem aprendiz, que encontram-se tramitando entre 5 a 10 anos de periodicidade.

Distribuição dos(as) Servidores(as) por Tempo de Serviço

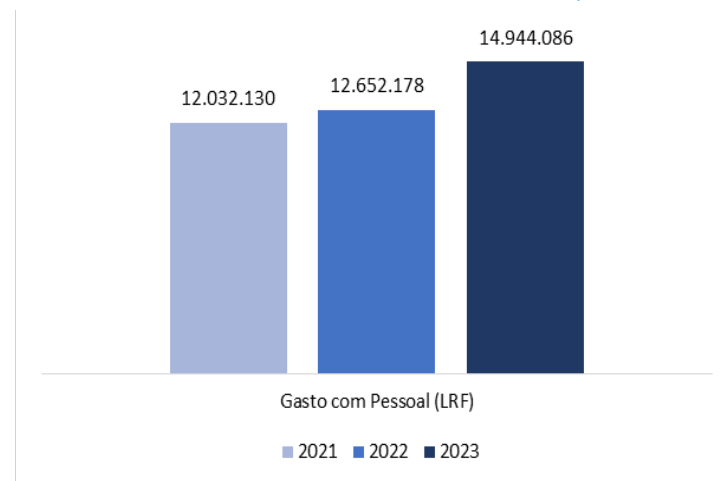


Fonte: Núcleo de Gestão de Pessoas - NUGEP 2024

GASTOS COM PESSOAL- NUGEP/DEFIN/APAG

As despesas de pessoal são compostas em sua maioria de servidores(as) da ativa, onde a autarquia não possui regime próprio de previdência. Em 2023, o gasto com pessoal civil alcançou R\$14.944.085,74, refletindo um aumento nominal R\$ 2.291.908,07 compando-se a 2022.

Gastos com Pessoal com base na LRF 10 1/2020

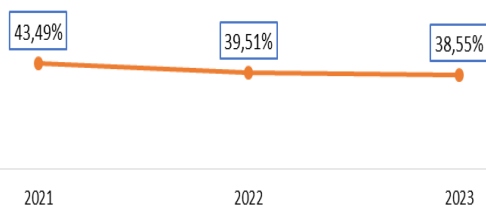


FONTE: DEFIN/NUCONT/APG - 2024

Com terceirização regular de mão de obra (motorista, telefonista, recepcionista e auxiliar de serviços gerais), o gasto alcançou R\$778.138,12

em 2023, ou seja, refletindo um aumento de 13,78% em relação ao exercício 2022.

Índice de Pessoal com Base na Resolução COFEN340/2008



FONTE: DEFIN/NUCONT/APG – 2024

As Despesas de pessoal executada em 2023, de acordo com a Resolução Cofen nº 340/2008, alcançou o valor R\$ 14.944.085,74, perfazendo, ao fim de exercício, a 38,55% da Receita Corrente Líquida, portanto dentro do limite estabelecido pela normativa, que estabelece o teto de limite a ser gasto com Pessoal de 50% da Receita Corrente Líquida apurada dentro do exercício.

Gastos com Pessoal Apurado

CONTAS	2021		2022		2023		
	PESSOAL - ULTIMOS 12 MESES	PESSOAL - ULTIMOS 12 MESES	Varição (Nominal)	Varição (%)	PESSOAL - ULTIMOS 12 MESES	Varição (Nominal)	Varição (%)
Vencimentos e Vantagens - Pessoal Civil	R\$ 8.905.227,78	R\$ 9.202.201,18	R\$ 296.973,40	47,90%	R\$ 10.701.788,39	R\$ 1.499.587,21	65,43%
Obrigações Patronais	R\$ 2.510.984,01	R\$ 2.644.128,59	R\$ 133.144,58	21,47%	R\$ 3.226.542,42	R\$ 582.413,83	25,41%
Indenizações e Restituições Trabalhistas	R\$ -	R\$ -	R\$ -	0,00%	R\$ -	R\$ -	0,00%
Serviços Terceirizados - Pessoas Jurídicas	R\$ 503.988,84	R\$ 670.875,26	R\$ 166.886,42	26,92%	R\$ 778.138,12	R\$ 107.262,86	4,68%
Remuneração De Serviços Pessoais – PF	R\$ 93.274,86	R\$ 116.293,78	R\$ 23.018,92	3,71%	R\$ 207.396,53	R\$ 91.102,75	3,97%
INSS Sobre Serviços Pessoais - Patronal	R\$ 18.654,88	R\$ 18.678,86	R\$ 23,98	0,00%	R\$ 30.220,28	R\$ 11.541,42	0,50%
TOTAL DA DESPESA	R\$ 12.032.130,37	R\$ 12.652.177,67	R\$ 620.047,30	100,00%	R\$ 14.944.085,74	R\$ 2.291.908,07	100,00%
TOTAL DA RECEITA	R\$ 27.665.713,76	R\$ 32.025.359,10	R\$ 4.359.645,34	13,61%	R\$ 38.763.406,44	R\$ 6.738.047,34	17,38%
Gasto com Pessoal %	43,49%	39,51%		-3,98%	38,55%		-0,95%

Fonte: DEFINNUCONT/NUGEPIAPG - 2024

3.8 GESTÃO DE LICITAÇÕES E

CONTRATOS - CPL

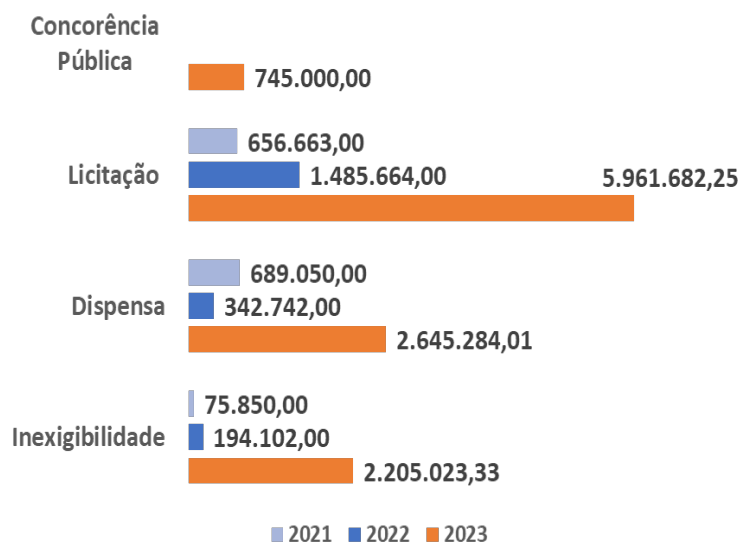
No exercício de 2023 o Conselho Regional de Enfermagem da Bahia – Coren-BA começou a tramitar os primeiros processo de contratações com base na nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, a saber, Lei nº 14.133/2021, sendo estes: 12 (doze) Pregões Eletrônicos seguidos de 13 (treze) Dispensas de Licitações. Outros processo de contratações, sendo 16 (dezesseis) Pregões Eletrônicos e 20 (vinte) Dispensas de Licitação, tramitaram com base no regramento estabelecido pela Lei nº 8.666/1993 anterior.

Os processos de contratações instaurados no Coren-BA no exercício de 2023 perfazem uma totalização de R\$ 11.556.989,60, composto na seguinte ordem: 5.961.682,25 aos processos licitatórios por pregões eletrônicos; R\$ 2.645.284,01 aos processos de contratações direta por dispensa de licitação; R\$ 2.205.023,33 aos processos de contratações direta por inexigibilidade e R\$ 745.000,00 ao processo licitatório de concorrência pública.

As contratações que tramitaram com maior volume em 2023, são:

- 1- Mês da enfermagem R\$ 420.474,79 (foi revogada) não houve contrato;
- 2- Passagens aéreas e rodoviárias R\$ 491.291,36;
- 3- Serviço de portaria estimado em R\$ 297.944,13 e contratado por R\$ 235.395,00;
- 4- Telefonista/arquivista/mensageiro/manutenção prédio estimado em R\$ 284.746,97 por R\$ 203.451,40.

Evolução das Contratações por Modalidade



Fonte: Comissão Permanente de Licitações e Contratos – CPL/2024

5- Serviço de limpeza de R\$ 626.802,88 contratado por R\$ 602.725,56.

6 - Prêmio Ana Neri de R\$222.390,32 contratado por 158.367,00

7- Registro de preços de eventos de R\$ 1.757.146,18 contratado por R\$ 1.449.599,90.

8- Manutenção de bebedouros e ar condicionado de R\$ 144.582,42 finalizado em R\$ 97.000,00

9- Combustível de R\$ 500.972,76;

10- Sistema de RH de R\$ 175.953,55 por 175.683,11;

11- Serviço Motorista de 772.903,18 finalizado o pregão em 619.998,00.

12- Serviço recepcionista de 473.283,91
finalizado no pregão em 382.321,68.

13- Concorrência pública 01/2023 01/2023 R\$
745.000,00 ainda em tramitação de licitação (Não
concluída).

14- Aquisição do Imóvel de Conquista oferta de
R\$ 350.000,00;

15- Aquisição Imóvel Feira de Santana oferta de
R\$ 950.000,00;

16- Aquisição de Imóvel da Subseção de Itabuna
R\$ 800.000,00;

17- Serviço de Curso de Capacitação R\$
2.198.011,20;



LISTAGEM DOS 20 CONTRATOS DE MAIOR VALOR GLOBAL VIGENTES EM 31.12.2023

ITEM	Nº DO CONTRATO	PA	PREGÃO -ATA REGISTRO PREÇOS - DISPENSA - INEXIGIBILIDADE	LEGISLAÇÃO APLICADA	CONTRATADO (A)	CNPJ/CPF DO (A) CONTRATADO (A)	OBJETO	VALOR GLOBAL DO CONTRATO (Em 2023)
1	034/2023	227/2023	INEXIGIBILIDADE	Lei nº 14.133/21	INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO E RESULTADO IBGR LTDA	CNPJ Nº 44.342.924/0001-41	Empresa especializada no treinamento, desenvolvimento, capacitação aos profissionais de enfermagem	R\$ 2.198.011,20
2	013/2023	155/2023	ADESÃO ARP Nº 02/2022 - PE 02/2022 - MINISTÉRIO DA DEFESA	Lei 8.666/93	M.R.H. Locadora de Veículos Ltda	CNPJ nº 12.326.061/0001-22	Serviço de locação de veículos	R\$ 803.985,00
3	033/2023	223/2023	DISP 032/2023 (Chamamento Público 003/2023)	Lei nº 8.666/93	PKD EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.	CNPJ Nº 21.410.254/0001-58	Aquisição de 02 (duas) salas comerciais no centro da cidade de Feira de Santana - Ba	R\$ 712.500,00
4	014/2023	074/2023	ADESÃO ARP Nº 17/2022 - PE 08/2022 - MINISTÉRIO DA ECONOMIA	Lei nº 8.666/93	POSITIVO TECNOLOGIA S/A	CNPJ Nº 81.243.735/0009-03	DESKTOP (Ultracompacto Tipo II - Padrão)	R\$ 675.786,00
5	020/2023	105/2023	012/2023	Lei nº 14.133/21	AIRES TURISMO LTDA	CNPJ Nº 06.064.175/0001-49	Serviço de agenciamento de viagens incluindo cotação, reserva e fornecimento de passagens rodoviárias e aéreas nacionais e internacionais, e emissão de seguro de assistência em viagem internacional, por intermédio de operadora ou agência de viagens, através de solução online	R\$ 491.291,36
6	9912526306	046/2021	DISP 003/2021	Lei nº 8.666/93	EMPRESA BRASILEIRA DE COREIOS E TELEGRAFOS	CNPJ Nº 34.028.316/0001-37	Postagem	R\$ 483.750,00
7	030/2023	173/2023	DISP 031/2023 (Chamamento Público 003/2023)	Lei nº 8.666/93	JONATHAS SANTOS SOUSA	CPF Nº 018.980.615-05	Aquisição de 02 (duas) salas comerciais no centro da cidade de Vitória da Conquista - Ba	R\$ 390.000,00
8	003/2019	385/2018	PE 030/2018	Lei nº 8.666/93	AGAMB ASSESSORIA E SERVIÇO DE MANUTENÇÃO LTDA	CNPJ Nº 083.320.083/0001-28	Terceirização de porteiros	R\$ 363.361,92
9	006/2021	045/2021	PE 012/2021	Lei nº 8.666/93	POSITIVA EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI	CNPJ Nº 17.689.476/0001-84	Prestação de serviços continuados de motorista para atender as necessidades do CorenBA	R\$ 196.342,68
10	016/2020	078/2020	LOTE I e II - ARP - PE 018/2020	Lei nº 8.666/93	ENTEL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	CNPJ Nº 13.745.542/0001-35	Serviço de outsourcing de impressão de digitalização para Sede Regional, Sede anexa e Subseções do Coren-Ba - (LOTE I- Impressoras) e (LOTE II - Scanner's)	R\$ 187.800,40
11	017/2022	064/2022	INEX 009/2022	Lei nº 8.666/93	INCORP TECHNOLOGY INFORMÁTICA LTDA	CNPJ Nº 41.069.964/0001-73	Manutenção e Suporte Técnico do Sistema Incorpware e Incorpnert	R\$ 182.893,80
12	5029833	080/2017	INEX 018/2017	Lei nº 8.666/93	COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA - COELBA	CNPJ Nº 15.139.629/0001-94	Fornecimento de energia elétrica (Pgto por consumo)	R\$ 144.000,00
13	016/2019	176/2019	DISP 005/2019	Lei nº 8.666/93	HERMELINO LOPES DE OLIVEIRA	CPF Nº 368.570.845-72	Aluguel nova Sede Subseção de Feira de Santana	R\$ 137.830,56
14	013/2022	059/2022	PE 008/2022	Lei nº 8.666/93	EXPERTS INFORMÁTICA EIRELI - EPP	CNPJ Nº 00.349.280/0001-48	Ferramenta colaborativa (e-mail)	R\$ 126.726,05
15	017/2023	010/2023	DISPENSA EMERGENCIA Nº 016/2023	Lei nº 8.666/93	SMART SERVIÇOS LTDA	CNPJ Nº 23.685.734/0001-57	Contratação emergencial - Gestão de abastecimento de frota	R\$ 123.465,28
16	001/2022	221/2022	ta de RP 01/2021 Cofen	(F) Lei nº 8.666/93	IMPLANTA INFORMÁTICA LTDA	CNPJ Nº 37.994.043/0001-40	Manutenção e Suporte Técnico ao Sistema de gestão contábil, financeira, almoxarifado e patrimônio	R\$ 95.649,64
17	027/2023	217/2023	DISP 027/2023	Lei nº 8.666/93	EFICAZ GESTÃO EM SAÚDE LTDA	CNPJ Nº 20.306.489/0001-31	Contratação emergencial de serviços de natureza continuada na área de medicina e segurança do trabalho, sob demanda, para atender as necessidades do Conselho Regional de Enfermagem da Bahia, conforme especificações constantes deste Termo de Referência.	R\$ 85.278,00
18	021/2023	134/2023	PE 017/2023	Lei nº 8.666/93	MS10 COMÉRCIO E SERVIÇO DE INFORMÁTICA LTDA	04.429.572/0001-41	Licença e suporte firewall WhatchGuard do Coren-BA	R\$ 79.467,52
19	012/2023	141/2023	DISP 015/2023 (EMERGENCIAL)	Lei nº 8.666/93	PREMIER SERVIÇOS EMPREENDIMENTOS EIRELI	CNPJ Nº 13.570.532/0001-06	Terceirização de limpeza, recepção e telefonia	R\$ 64.458,69
20	008/2022	178/2021	INEX 007/2021	Lei nº 8.666/93	IMPrensa NACIONAL (Publicação no D.O.U.)	CNPJ Nº 04.196.645/0001-00	Publicações no DOU	R\$ 62.500,00

Fonte: Comissão Permanente de Licitação e Contrab - CPL 2024

3.9 GESTÃO DE CUSTOS

O Coren-BA em 2023 utilizou a metodologia da elaboração do orçamento por conta de despesa para acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Na Proposta Orçamentária Anual são fixadas as despesas com as atividades e projetos da autarquia, além dos repasses da Cota-Parte ao Conselho Federal.

Os principais gastos do ano de 2023 estão detalhados seguir, com destaque para as áreas finalísticas no grafico a seguir:

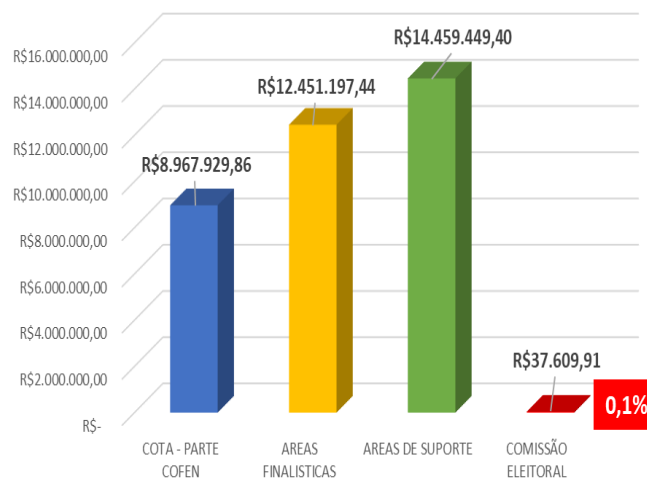
Gastos por Área/Função em 2023



Fonte: DEFIN/NUCONT/APG - 2024

A distribuição dos gastos por finalidade está apresentada no gráfico a seguir, com as áreas de suporte ocupando 40,26% dos recursos, as finalísticas com 34,67% de participação, as transferências (Cota-Parte) 24,97%, e os gastos com comissão eleitoral 0,10%.

Distribuição de Gasto



Fonte: DEFIN/NUCONT/APG - 2024

Analisando as categorias de gastos por centro de custo, observamos que maior gasto realizado por esta Autarquia no exercício 2023 fora com área de suporte técnico totalizando um montante na ordem de R\$ 14.459.449,40, representado 40,26% do total de gastos executado ao final do exercício 2023.

4. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

4.1 DECLARAÇÃO DO CONTADOR

As Demonstrações Contábeis do Conselho Regional de Enfermagem da Bahia são as seguintes:

- » Balanço Patrimonial – evidencia os ativos e passivos da autarquia, demonstrando o resultado do superávit financeiro;
- » Balanço Orçamentário – traz a informação do orçamento aprovado em confronto com a sua execução, ou seja, a receita prevista versus a arrecadada e a despesa autorizada versus a executada;
- » Balanço Financeiro e a Demonstração dos Fluxos de Caixa – visam demonstrar o fluxo financeiro da autarquia no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas;
- » Demonstração das Variações Patrimoniais – neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas).
- » Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis – são informações adicionais às Demonstrações Contábeis, com o objetivo de facilitar a compreensão destas a seus diversos usuários.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a seguir: a lei 4.320/64, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª edição.

Declaro, considerando os procedimentos contábeis adotados ao longo do exercício de 2023, que as informações constantes nas Demonstrações Contábeis, regidas pela a lei 4.320/64, pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 10ª edição, relativas ao exercício de 2023, refletem nos seus aspectos mais relevantes, a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Conselho Regional de Enfermagem do Estado da Bahia – COREN.

Salvador-BA, 12 de março de 2024.

Udson de Oliveira Martins Júnior
Gerente do DEFIN
Contador
CRC/BA 028.673/O-1

42 DESEMPENHO FINANCEIRO-CONTÁBIL

O Coren-BA realizou uma arrecadação no exercício 2023 no total de R\$ 38.763.406,44, sendo previsto 33.000.000,00, representando assim um excesso de arrecadação no total de R\$ 5.763.406,44, ou seja, um aumento de 14,87% com relação a previsão de arrecadação no ano 2023.

Quanto ao exercício 2022, a arrecadação fora de R\$ 32.025.359,10, tendo como comparativo o arrecadado no ano 2023, tivemos assim um excesso de arrecadação de R\$ 6.738.047,34, representando assim um aumento de 21,04% em relação a arrecadação no exercício anterior.

Da execução da despesa em 2023, foi orçado R\$ 42.480.000,00, sendo executado R\$ 37.173.507,14, ou seja, executando assim 87,51% do previsto.

Dos gastos com pessoal e encargos pessoais em 2023 foi executado R\$ 17.460.258,10, quanto ao exercício 2022 foi executado R\$ 13.842.196,32, ou seja, houve um aumento de 20,72% em comparação ao exercício anterior.

Em relação a transferência da cota-parte Cofen, no exercício 2023 foi de R\$ 9.122.487,89 e no exercício 2022 fora de 7.442.454,10, ou seja, um aumento de 18,42% em comparação ao exercício anterior.

Em 2023 o Coren-BA apresentou um superávit orçamentário de R\$ 1.589.899,30 enquanto que o resultado em 2022 foi de R\$ 5.055.008,22.

O superávit financeiro ao final do exercício 2023 foi de R\$ 12.016.411,49, sendo no exercício 2022 o valor de R\$ 11.250.100,55, ou seja, um aumento de R\$ 766.310,94, representando assim um crescimento de 6,38% em relação ao exercício anterior. Importante salientarmos, que esse valor poderá ser utilizado na abertura de créditos adicionais por superávit financeiro durante o exercício 2023.

Salvador-BA, 12 de março de 2024.

**Udson de Oliveira Martins Jr.
Gerente do DEFIN
Contador
CRC/BA 028.673**

43 BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	45.148.655,22	13.279.564,57
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	14.177.218,39	12.096.083,49
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	30.421.704,92	282.228,80
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	434.547,82	850.964,14
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
ESTOQUES	115.184,09	50.288,14
	0,00	0,00
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	18.755.300,21	39.553.869,76
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	10.451.353,81	32.403.787,53
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	10.400.578,42	32.353.012,14
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	29.053.534,82	46.791.147,98
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	7.347.994,18	11.562.814,74
(-) AJUSTES DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO	26.000.950,58C	26.000.950,58C
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	50.775,39	50.775,39
IMOBILIZADO	8.167.464,80	7.013.600,63
BENS MÓVEIS	4.604.176,29	3.678.087,23
BENS IMÓVEIS	6.869.451,65	6.243.614,15
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	3.306.163,14C	2.908.100,75C
INTANGÍVEL	136.481,60	136.481,60
SOFTWARES	253.287,50	253.287,50
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	116.805,90C	116.805,90C

Fonte: NUCONT/DEFIN – 2024

PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
PASSIVO CIRCULANTE	1.663.678,14	694.537,26
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	271.975,50	252.876,37
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	842.163,40	106.357,70
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	8.121,87	13.923,21
OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	148.573,43	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	392.843,94	321.379,98
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00	0,00
PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
	0,00	0,00
TOTAL DO PASSIVO	1.663.678,14	694.537,26

Fonte: NUCONT/DEFIN – 2024

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
Ajuste de avaliação Patrimonial	31.894,61	31.894,61
Demais Reservas	0,00	0,00
Resultados Acumulados	62.208.382,68	52.107.002,46
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	62.240.277,29	52.138.897,07

Fonte: NUCONT/DEFIN – 2024

TOTAL	63.903.955,43	52.833.434,33	TOTAL	63.903.955,43	52.833.434,33
ATIVO FINANCEIRO	14.435.127,40	12.388.014,20	PASSIVO FINANCEIRO	2.418.715,91	1.137.913,65
ATIVO PERMANENTE	49.468.828,03	40.445.420,13	PASSIVO PERMANENTE	0,00	0,00
SALDO PATRIMONIAL				61.485.239,52	51.695.520,68

Fonte: NUCONT/DEFIN – 2024

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Superávit Financeiro	12.016.411,49	11.250.100,55

Fonte: NUCONT/DEFIN – 2024

44 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	33.000.000,00	33.000.000,00	38.763.406,44	5.763.406,44
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	24.455.302,34	24.455.302,34	29.195.279,86	4.739.977,52
RECEITAS PATRIMONIAIS	700.000,00	700.000,00	1.873.949,12	1.173.949,12
RECEITAS DE SERVIÇOS	2.363.646,66	2.363.646,66	2.603.399,20	239.752,54
SERVIÇOS FINANCEIROS	121.464,75	121.464,75	0,00	-121.464,75
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	2.242.181,91	2.242.181,91	2.603.399,20	361.217,29
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.481.051,00	5.481.051,00	5.090.778,26	-390.272,74
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	46.789,16	46.789,16
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	2.706.877,59	2.706.877,59	1.103.575,72	-1.603.301,87
SUB-TOTAL DAS RECEITAS	33.000.000,00	33.000.000,00	38.763.406,44	5.763.406,44
DÉFICIT	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	33.000.000,00	33.000.000,00	38.763.406,44	5.763.406,44

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	403.014,20	370.757,75	370.757,75	32.256,45	0,00
TRANSFERÊNCIAS DA INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00	174.920,82	174.920,82	174.920,82	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	228.093,38	195.836,93	195.836,93	32.256,45	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	40.362,19	22.492,19	22.492,19	17.870,00	0,00
INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	40.362,19	22.492,19	22.492,19	17.870,00	0,00
TOTAL:	0,00	443.376,39	393.249,94	393.249,94	50.126,45	0,00

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
VENCIMENTOS E VANTAGENS - PESSOAL CIVIL	0,00	264.689,22	262.114,29	0,00	2.574,93
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	264.689,22	262.114,29	0,00	2.574,93
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.209,74	104.501,18	103.621,18	0,00	14.089,74
OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS	13.209,74	104.501,18	103.621,18	0,00	14.089,74
TOTAL:	13.209,74	369.190,40	365.735,47	0,00	16.664,67

Fonte: NUCONT/DEFIN – 2024

45 BALANÇO FINANCEIRO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	38.763.406,44	32.025.359,10	Despesa Orçamentária	37.928.544,91	27.413.727,27
RECEITA REALIZADA	38.763.406,44	32.025.359,10	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	755.037,77	443.376,39
RECEITA CORRENTE	38.763.406,44	32.025.359,10	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	1.257.320,53	369.190,40
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	29.195.279,86	24.555.036,94	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO - PAGO	35.916.186,61	26.601.160,48
CONTRIBUIÇÃO DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS E ECONÔMICAS	29.195.279,86	24.555.036,94	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO - PAGO - DESPESAS CORRENTES	35.012.589,74	26.503.063,33
ANUIDADES - PESSOAS FÍSICAS	29.037.548,60	24.515.568,39	VENCIMENTOS E VANTAGENS - PESSOAL CIVIL	17.182.735,66	13.577.507,10
Anuidades Do Exercício - P.F.	20.236.691,56	17.078.489,89	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - APLICAÇÕES DIRETAS	17.182.735,66	13.577.507,10
Anuidades De Exercícios Anteriores - P.F.	8.800.857,04	7.437.078,50	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10.701.788,39	9.202.201,18
ANUIDADES - PESSOAS JURÍDICAS	157.731,26	39.468,55	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	2.949.019,98	2.379.439,37
RECEITAS PATRIMONIAIS	1.873.949,12	1.313.526,83	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	2.857.646,48	1.995.866,55
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	1.873.949,12	1.313.526,83	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	674.280,81	
RECEITAS DE SERVIÇOS	2.603.399,20	2.179.481,99	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	17.829.854,08	12.925.556,23
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	2.603.399,20	2.179.481,99	TRANSFERÊNCIAS DA INTRAGOVERNAMENTAIS	8.973.914,46	7.442.454,10
Expedição De Carteira	1.337,48	1.277,58	CONTRIBUIÇÕES	8.973.914,46	7.442.454,10
Outros Serviços Administrativos	2.596.074,87	2.177.167,30	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS	8.855.939,62	5.483.102,13
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		99.387,35	DIÁRIAS	1.086.052,74	488.952,07
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		99.387,35	MATERIAL DE CONSUMO	325.990,15	233.478,67
TRANSFERÊNCIAS DO CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM - COFEN		99.387,35	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1.022.208,55	554.702,05
PLATEC – RESOLUÇÃO COFEN 343/2009		99.387,35	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	488.593,81	421.297,17
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.090.778,26	3.877.925,99	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.768.197,04	2.917.429,06
MULTAS E JUROS DE MORA	3.940.413,38	2.831.548,56	SENTENÇAS JUDICIAIS	8.261,48	8.759,01
MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUIÇÕES	3.940.413,38	2.831.548,56	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15.170,25	
Juros Sobre Anuidades De Pessoas Físicas	3.936.265,37	2.830.715,30	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.141.465,60	858.413,01
Juros Sobre Anuidades De Pessoas Jurídicas	3.706,15	833,26	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO - PAGO - DESPESAS DE CAPITAL	903.596,87	98.097,15
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	46.789,16	80.795,81	INVESTIMENTOS	903.596,87	98.097,15
INDENIZAÇÕES	1.848,30	1.407,49	INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS	903.596,87	98.097,15
RESTITUIÇÕES	44.940,86	79.388,32	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	903.596,87	98.097,15
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	1.103.575,72	763.814,59	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		71,09
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	1.103.575,72	763.814,59			
Dívida Ativa Pessoa Física - Principal	1.103.575,72	763.814,59			
Dívida Ativa em Fase Administrativa	382.322,37	214.739,57			
Dívida Ativa em Fase Executiva	721.253,35	549.075,02			
RECEITAS DIVERSAS		201.767,03			
OUTRAS RECEITAS		201.767,03			

Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	11.391.632,51	9.091.524,32	Pagamentos Extraorçamentários	10.184.364,52	8.793.360,02
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	755.037,77	443.376,39	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	393.249,94	227.424,77
Inscrição de Restos a Pagar Processados	1.257.320,53	369.190,40	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	365.735,47	456.235,55
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.968.291,57	2.447.740,54	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.890.090,59	2.410.739,61
Outros Recebimentos Extraorçamentários	6.410.982,64	5.831.216,99	Outros Pagamentos Extraorçamentários	6.535.288,52	5.698.960,09
Saldo em espécie do Exercício Anterior	12.321.446,10	7.411.649,97	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	14.363.575,62	12.321.446,10
Caixa e Equivalente de Caixa	12.096.083,49	7.163.950,82	Caixa e Equivalente de Caixa	14.177.218,39	12.096.083,49
Depósitos. Rest. Vrs Vinculados	225.362,61	247.699,15	Depósitos. Rest. Vrs Vinculados	186.357,23	225.362,61
Total:	62.476.485,05	48.528.533,39		62.476.485,05	48.528.533,39

Fonte: NUCONT/DEFIN – 2024

4.6 DEMONSTRATIVO DA VARIAÇÃO PATRIMONIAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	46.950.448,84	6.480.649,57	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	35.673.716,15	27.711.571,68
CONTRIBUIÇÕES	38.627.220,52	16.816,77	PESSOAL E ENCARGOS	16.785.977,29	13.842.196,32
CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS	38.627.220,52	16.816,77	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	10.701.788,39	9.202.355,47
CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS	38.627.220,52	16.816,77	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RGPS	10.701.788,39	9.202.355,47
PROFISSIONAIS - CONSOLIDAÇÃO					
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	2.509.639,95	2.130.609,39	ENCARGOS PATRONAIS	3.226.542,42	2.643.974,30
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO	2.509.639,95	2.130.609,39	ENCARGOS PATRONAIS - RGPS	2.346.702,07	2.023.730,77
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E					
DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	2.509.639,95	2.130.609,39	ENCARGOS PATRONAIS - FGTS	879.840,35	620.243,53
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	5.766.812,34	4.021.676,13	BENEFÍCIOS A PESSOAL	2.857.646,48	1.995.866,55
JUROS E ENCARGOS DE MORA	3.892.863,22	2.708.149,30	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RGPS	2.857.646,48	1.995.866,55
OUTROS JUROS E ENCARGOS DE MORA	3.892.863,22	2.708.149,30	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	7.247.961,99	5.468.708,54
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E	1.873.949,12	1.313.526,83	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	290.034,34	307.474,67
REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.873.949,12	1.313.526,83	MATERIAL DE CONSUMO	290.034,34	307.474,67
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	0,00	99.387,35	SERVÍCIOS	6.559.865,26	4.586.286,13
TRANSFERÊNCIAS INTRA GOVERNAMENTAIS	0,00	99.387,35	DIÁRIAS	1.086.802,74	493.926,93
TRANSFERÊNCIAS INTRA GOVERNAMENTAIS	0,00	99.387,35	SERVÍCIOS TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	500.638,67	421.578,06
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	46.776,03	212.159,93	SERVÍCIOS TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.972.423,85	3.670.781,14
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	46.776,03	212.159,93	DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	398.062,39	574.947,74
INDENIZAÇÕES	46.776,03	208.676,94	DEPRECIÇÃO	398.062,39	574.947,74
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	8.261,48	8.774,89
DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	0,00	3.482,99			

			JUROS E ENCARGOS DE MORA	0,00	15,88
			JUROS E ENCARGOS DE MORA DE OBRIGAÇÕES	0,00	15,88
			OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS -	8.261,48	8.759,01
			JUROS E ENCARGOS EM SENTENCAS JUDICIAIS	8.261,48	8.759,01
			TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	9.297.408,71	7.528.914,97
			TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	9.297.408,71	7.528.914,97
			TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS -	9.297.408,71	7.528.914,97
			VPD - TRIBUTARIAS	0,00	55,21
			OUTROS ENCARGOS TRIBUTARIOS E CONTRIBUTIVOS	0,00	55,21
			OUTROS ENCARGOS TRIBUTARIOS E	0,00	55,21
			OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.334.106,68	862.921,75
			DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.334.106,68	862.921,75
			VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
			DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	2.334.106,68	862.921,75

Total das Variações Ativas :	46.950.448,84	6.480.649,57	Total das Variações Passivas :	35.673.716,15	27.711.571,68
------------------------------	---------------	--------------	--------------------------------	---------------	---------------

RESULTADO PATRIMONIAL					
Déficit do Exercício		21.230.922,11	Superávit do Exercício	11.276.732,69	

Total	46.950.448,84	27.711.571,68	Total	46.950.448,84	27.711.571,68
-------	---------------	---------------	-------	---------------	---------------

Fonte: NUCONT/DEFIN – 2024

4.7 DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS		
RECEITA CORRENTE	38.763.406,44	32.025.359,10
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	29.195.279,86	24.555.036,94
CONTRIBUIÇÃO DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS E ECONÔMICAS	29.195.279,86	24.555.036,94
RECEITAS PATRIMONIAIS	1.873.949,12	1.313.526,83
RECEITAS DE SERVIÇOS	2.603.399,20	2.179.481,99
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.090.778,26	3.877.925,99
MULTAS E JUROS DE MORA	3.940.413,38	2.831.548,56
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	46.789,16	80.795,81
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	1.103.575,72	763.814,59
RECEITAS DIVERSAS	0,00	201.767,03
OUTROS INGRESSOS	9.418.279,59	8.304.994,80
DESEMBOLSOS		
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO - PAGO - DESPESAS CORRENTES	35.012.589,74	26.503.063,33
VENCIMENTOS E VANTAGENS - PESSOAL CIVIL	17.182.735,66	13.577.507,10
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - APLICAÇÕES DIRETAS	17.182.735,66	13.577.507,10
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	17.829.854,08	12.925.556,23
TRANSFERÊNCIAS DA INTRAGOVERNAMENTAIS	8.973.914,46	7.442.454,10
CONTRIBUIÇÕES	8.973.914,46	7.442.454,10
OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS	8.855.939,62	5.483.102,13
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO - PAGO - DESPESAS DE CAPITAL	903.596,87	98.097,15
INVESTIMENTOS	903.596,87	98.097,15
OUTROS DESEMBOLSOS	10.184.364,52	8.797.060,75
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	2.984.731,77	5.030.229,82
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	0,00	0,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	903.596,87	98.097,15
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-903.596,87	-98.097,15
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.081.134,90	4.932.132,67
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	12.096.083,49	7.163.950,82
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	14.177.218,39	12.096.083,49

Fonte: NUCONT/DEFIN – 2024

48 NOTA EXPLICATIVA

CONTEXTO OPERACIONAL

O Conselho Regional de Enfermagem é uma Autarquia Federal, criada pela Lei 5.905, de 12 de julho de 1973, publicada no Diário Oficial da União em 13 de julho de 1973. Dotada de personalidade jurídica de direito público e forma federativa, com autonomia administrativa e financeira, tendo por finalidade, na área de sua jurisdição e nos limites de sua competência, a habilitação, regulação e fiscalização do exercício profissional e serviços de enfermagem, visando à proteção da sociedade.

A sua missão é promover o exercício ético e legal da Enfermagem na Bahia, ao habilitar, regular, orientar e fiscalizar atuação profissional e institucional, visando à prestação de uma assistência segura e qualificada à sociedade e a valorização desses profissionais.

PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V– Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) relativas aos Princípios de contabilidade, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP 16).

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são compostas por: Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstra-

ção dos Fluxos de Caixa (DFC), e Notas Explicativas (NE).

BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial tem a finalidade de apresentar a posição financeira e patrimonial do Conselho Regional de Enfermagem da Bahia, representando, portanto, uma posição estática.

Caixa e Equivalentes de Caixa

As disponibilidades, apresentada em caixa e equivalente de caixa correspondem aos recursos com livre movimentação para aplicação nas operações e para os quais não haja restrições para uso imediato. São os saldos bancários em contas de movimentação, arrecadação e aplicações financeiras.

O saldo de R\$ 14.177.218,39 está representado da seguinte forma:

Banco contas de Arrecadação	R\$ 5.747,78
Aplicações Financeiras	R\$ 14.171.470,61

CRÉDITOS A CURTO PRAZO

As receitas foram reconhecidas pelo regime de competência.

Os créditos a curto prazo correspondem a créditos tributários e de contribuições a receber de anuidades pessoas físicas e jurídicas, cartão de crédito e dívida ativa de anuidades pessoas físicas e estão representados da seguinte forma:

Créditos Tributários e de Contribuições A Receber	R\$ 27.386.753,78
Dívida Ativa Tributária e de Contribuições	R\$ 3.034.951,14

Os créditos a receber a curto prazo, de anuidades e dívida ativa foram mensurados com base na expectativa de recebimentos prevista no orçamento para 2024.

DEMAIS CRÉDITOS A CURTO PRAZO

Demais créditos a curto prazo estão compostos por adiantamentos concedidos a pessoal, créditos por dano ao patrimônio e outros créditos a receber, e estão representados da seguinte forma:

Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros	R\$ 177.438,81
Tributos a Recuperar/Compensar	R\$ 2.795,78
Créditos por dano ao patrimônio	R\$ 32.865,43
Depósitos Judiciais Trabalhistas	R\$ 186.357,23
Outros créditos a receber	R\$ 35.090,57
Estoques	R\$ 115.184,09

ESTOQUE

O estoque está demonstrado ao custo de aquisição e corresponde a materiais de consumo da Instituição, sendo as saídas do almoxarifado mensuradas e avaliadas pelo custo médio ponderado.

CRÉDITOS A LONGO PRAZO

Os créditos a longo prazo correspondem a créditos tributários e de contribuições a receber de anuidades pessoas físicas e jurídicas e dívida ativa de anuidades pessoas físicas, deduzido dos ajustes de perdas de créditos e estão representados da seguinte forma:

Anuidades Pessoa Física	R\$ 28.083.937,41
Anuidades Pessoa Jurídica	R\$ 969.597,41
Créditos a receber de dívida ativa	R\$ 7.347.994,18
(-) Ajuste de perdas de créditos de anuidades pessoas físicas	R\$ 15.819.737,91
(-) Ajuste de perdas de créditos de anuidades pessoas jurídicas	R\$ 780.713,27
(-) Ajuste de perdas de créditos de dívida ativa	R\$ 9.400.499,40

DEMAIS CRÉDITOS A LONGO PRAZO

Corresponde à tributos a recuperar/compensar, créditos por dano ao patrimônio proveniente de créditos administrativos, depósitos judiciais trabalhistas e outros depósitos judiciais (Ações Cíveis), e estão representados da seguinte forma:

Tributos a recuperar/compensar	R\$ 7.915,29
Créditos por dano ao patrimônio	R\$ 12.837,91
Depósitos judiciais trabalhistas	R\$ 20.710,19
Outros depósitos judiciais (Ações Cíveis)	R\$ 9.312,00

IMOBILIZANDO

Os bens móveis estão mensurados ao custo de aquisição.

Na estimativa de vida útil econômica dos bens, foram considerados a capacidade de geração de benefícios futuros, os desgastes físicos dos bens e a obsolescência tecnológica.

Os bens móveis estão compostos da seguinte forma:

Aparelhos de cine, foto e som	R\$ 77.831,12
Biblioteca	R\$ 4.005,55
Equipamentos de informática	R\$ 1.523.519,40
Máquinas, motores e aparelhos	R\$ 1.243.025,40
Mobiliários em geral	R\$ 752.904,21
Utensílios de copa e cozinha	R\$ 13.085,37
Veículos	R\$ 972.255,10
Bens inservíveis	R\$ 17.550,14
(-) Depreciação bens móveis	R\$ 3.306.163,14

Composição de Bens Imóveis

Casa sito à Rua Junqueira Ayres, nº 31	R\$ 400.000,00
Casa sito à Rua General Labatut, nº 05	R\$ 868.382,64
Edifício sito à Rua General Labatut, nº 273	R\$ 4.753.349,66
Instalações	R\$ 221.881,85
Aquisição de Imóveis	R\$ 625.837,50

O Intangível está mensurado pelo custo de aquisição, correspondem licenças de uso de siste-

mas e softwares.

A Instituição efetuou os cálculos das depreciações e amortização utilizando o método das quotas constantes, aplicando as seguintes taxas:

Móveis e Utensílios	10%
Equipamentos de Informática	20%
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	10%
Veículos	20%
Casa e Edifícios	4%
Software e Licenças	20%

OBRIGAÇÕES

As obrigações são mensuradas pelo valor original, e as provisões são constituídas com base em estimativas pelos prováveis valores de reconhecimento.

Fornecedores e contas a pagar curto prazo representa os Restos a Pagar Processados, que registram as despesas empenhadas e liquidadas a serem pagas no exercício seguinte. Sua escrituração obedeceu às normas da Lei 4.320/65.

Compõe os restos a pagar as obrigações a curto prazo com encargos sociais, fornecedores, obrigações fiscais, obrigação com o Conselho Federal de Enfermagem, relativa à cota-parte e outras obrigações.

Encargos Sociais a Pagar	R\$ 271.975,50
Fornecedores	R\$ 842.163,40
Pis/Pasep a Recolher	R\$ 8.121,87
Consignações	R\$ 387.309,94
Outras Obrigações a Curto Prazo	R\$ 5.534,00
Conselho Federal de Enfermagem - COFEN	R\$ 148.573,43

A Instituição apresentou um superávit financeiro de R\$ 12.016.411,49 e o patrimônio líquido apresenta um saldo de R\$ 62.208.382,68, composto da seguinte forma:

Superávits Ou Déficits Do Exercício Corrente	R\$ 11.276.732,69
Superávit de exercícios anteriores	R\$ 51.605.930,80
Ajustes De Exercícios Anteriores	R\$ 674.280,81

A Instituição apresentou um superávit financeiro, diferença entre o ativo financeiro, representado pelas disponibilidades em bancos e o passivo financeiro, representado pelas obrigações, apurado no balanço patrimonial.

BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

No início do exercício de 2023, o saldo inicial apurado no Balanço Financeiro era de R\$ 12.321.446,10, após o encerramento do exercício o saldo que passa para o exercício seguinte é de R\$ 14.363.575,62, havendo um aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa no valor de R\$ 2.042.129,52.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

No exercício de 2023, foi prevista uma receita corrente de R\$ 33.000.000,00, sendo a arrecadação de R\$ 38.763.406,44, ou seja, um excesso de arrecadação de R\$ 5.763.406,44.

A receita corrente realizada foi de R\$ 38.763.406,44, enquanto que a despesa executada de R\$ 37.928.544,91, resultando num superávit orçamentário de R\$ 834.861,53.

Salvador-BA, 12 de março de 2024.

Udson de Oliveira Martins Jr.
Gerente do DEFIN
Contador
CRC/BA 028.673



 [coren.bahia](https://www.instagram.com/coren.bahia)

 [Coren Bahia](https://www.facebook.com/CorenBahia)

 www.coren-ba.gov.br